Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada * sexta-feira, 17 de março de 2023

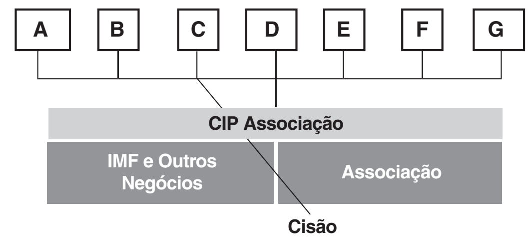
CIP S.A

CNPJ: 44.393.564/0001-07

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31/12/2022

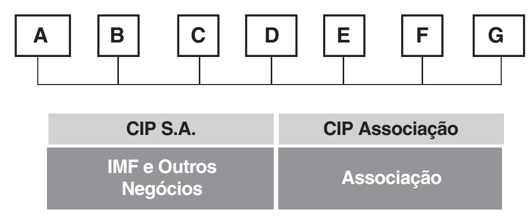
Relatório da Administração: Apresentamos, a seguir, informações relevantes e comentários sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Recomendamos a leitura deste relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis. **Mensagem da Administração:** O ano de 2022 pode ser considerado um marco de grandes transformações, dentre elas: A Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("**CIP Associação**") passou por uma desmutualização e, com isto, deixou de ser uma associação sem fins lucrativos para se tornar uma sociedade anônima de capital fechado, a CIP S/A ("**CIP S/A**"), trazendo mais flexibilidade para atrair novos negócios. E, em dezembro de 2022, a CIP S/A passou a se chamar Nuclea ("**Nuclea**"), refletindo este novo momento de transformação da empresa. Reforçamos nossos processos, estrutura, governança e avançamos em nossos negócios em linha com a estratégia e o novo momento da companhia. **Desmutualização da CIP Associação:** No âmbito societário, a assembleia geral extraordinária de 25 de fevereiro de 2022 aprovou a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("**CIP Associação**") por meio de uma cisão parcial, que verteu a quase totalidade de seus ativos e passivos para a Nuclea.

Antes da Cisão



CIP Associação (R$ mm)	31/12/2021	28/02/2022
Ativo	2.158,8	2.221,2
Passivo	237,7	213,2
Patrimônio Social	**1.921,2**	**2.008,0**

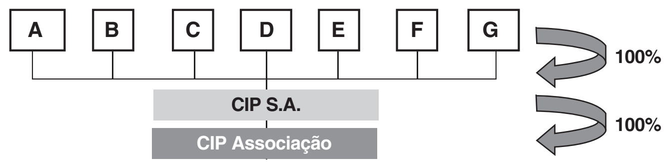
Depois da Cisão



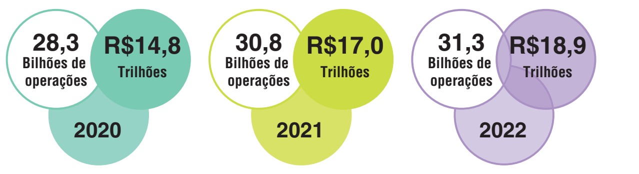
CIP S.A. (R$ mm)	31/12/2021	01/03/2022
Ativo	2.143,7	2.193,8
Passivo	228,1	191,5
Patrimônio Social	1.915,5	2.002,4

CIP Associação (R$ mm)	31/12/2021	01/03/2022
Ativo	15,2	27,4
Passivo	9,5	21,8
Patrimônio Social	5,6	5,6

Ainda no âmbito desta reorganização societária, em dezembro de 2022, a Nuclea incorporou 100% das ações da CIP Associação, que passou a ser uma subsidiária 100% integral. A partir de então, a Nuclea passou a consolidar os resultados da CIP Associação, que estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, para efeitos comparativos com o ano de 2021 (CIP Associação), demonstraremos a seguir os resultados de forma combinada (somados) da Nuclea (março a dezembro) e CIP Associação (janeiro a dezembro).



Nova Governança: Nosso modelo de governança é composto por Conselho de Administração, Diretoria e Comitês e já adotava as melhores práticas de governança corporativa de observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa. Em 2022, avançamos e reforçamos a nossa governança com cinco comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo 4 estatutários com respectivos regimentos estabelecidos: • Auditoria; • Riscos, Controles Internos e Compliance; • Pessoas e Cultura; • Transações com Partes Relacionadas; • Tecnologia e Inovação (não estatutário). **Nova Marca:** O lançamento do novo nome e da nova marca, em dezembro de 2022 - **Nuclea (#conexãoquegeravalor)** - refletem o novo posicionamento da empresa que atua como um ecossistema de soluções digitais inovadoras, centradas no ser humano, promovendo conexão entre dados e inteligência e impactando positivamente organizações e pessoas. **Nova Liderança:** Outro grande movimento estratégico foi o anúncio da mudança na presidência, em setembro de 2022, na qual André Henrique Caldeira Daré assumiu a direção da Nuclea em janeiro de 2023 com o desafio de acompanhar esta grande transformação no mercado financeiro, investindo em tecnologia, inovação e centralidade no cliente. **A Nuclea em Números:** Em 2022, o volume transacionado combinado atingiu novo recorde, com 31,3 bilhões[1] de operações (+1,7% versus 2021), representando R$ 19 trilhões em movimentações financeiras (+11,6% versus 2021). Este crescimento foi acompanhado da manutenção do alto índice de disponibilidade dos nossos principais serviços, acima de 99,98%.



[1] Não considera os dados de Recebíveis de Cartões e Open Finance.

A receita bruta combinada alcançou R$ 1,3 bilhão, 23,0% acima de 2021. Contribuíram para esse desempenho, principalmente, a maior volumetria do serviço de Registro de Recebíveis, somada ao fato de ser o primeiro ano completo deste serviço, que iniciou em meados de 2021, além da maior volumetria e melhor precificação em Boletos. O lucro antes de imposto de renda (LAIR) totalizou R$ 576,4 milhões, 32,3% superior a 2021.

• Soluções e Serviços:

DADOS E CIBERSEGURANÇA

Serviço de Transporte de Dados
Processa as informações bancárias dos contribuintes optantes pelo crédito da nota fiscal.

Plataforma do Cadastro Positivo
Promove o intercâmbio e a centralização de dados entre instituições.

Antifraude
Plataforma que tem o objetivo de prover serviços de cibersegurança aos participantes, prezando pela confiança, eficiência e neutralidade em suas operações.

Detecta Flow
Plataforma para recuperação de valores fraudados em quaisquer meios de pagamentos

CONSIGNAÇÃO

Serviço de Controle de Consignação
Gestão e controle das consignações em folhas de pagamento. Integra consignatários com os consignantes e seus servidores.

Serviço de Registro de Crédito Consignado
Atende aos requisitos dispostos na Autorregulação de Operações de Crédito Consignado, no que se refere às boas práticas relacionadas ao comissionamento de Operações de Portabilidade.

TRANSFERÊNCIAS

Sistema de Transferência de Fundos
Centenas de milhares de transferências realizadas diariamente para o Sistema de Pagamentos Brasileiro.

OPEN FINANCE

Solução Open Finance
O Open Finance é uma oportunidade de geração de negócios e a Nuclea tem a solução perfeita para o seu banco.

LIQUIDAÇÃO

Serviço de Liquidação de Cartões
Para credenciadores, instituidores de arranjos de pagamento e operadoras de rede de PAE compartilhados.

COBRANÇA

Plataforma Centralizada de Recebíveis
Plataforma Centralizada de Recebíveis é a solução da Nuclea responsável pela Nova Plataforma de Cobrança.

Plataforma Centralizada de Arrecadação
A Solução Gateway de Arrecadação tornou esse processo fácil, cômodo, seguro, e com inovação.

PORTABILIDADE

Central de Transferência de Crédito
Serviço eletrônico de portabilidade de contratos de crédito.

Central de Transferência de Conta Salário
Serviço eletrônico de portabilidade de Conta Salário

CONTROLE E CONSULTAS

Cheque Legal
Serviço gratuito que permite a consulta da situação física de cheques.

Monitoramento de Correspondente Bancário
Atende aos requisitos da Autorregulação de Operações de Crédito Consignado, das associações signatárias ABBC e FEBRABAN.

CRÉDITO

C3 Registradora
Registro de contratos de créditos pessoal, CDC, financiamento de veículos e crédito consignado para controle das operações de cessão e bloqueio.

Registradora Nuclea
Registro de Unidades de Recebíveis e Contratos de Cessão, Gravame e Ônus.

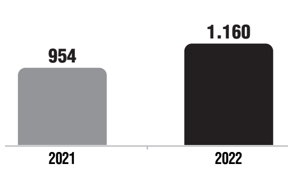
O detalhamento de cada serviço pode ser consultado no website www.nuclea.com.br

Em 2022, a Nuclea atuou em diversas frentes, orgânicas e inorgânicas, no desenvolvimento de sua infraestrutura e em produtos para acelerar seu planejamento estratégico. • Renovamos o parque tecnológico de grande parte da plataforma de processamento, conjugada com a mudança de *datacenter*, visando aumento da capacidade de processamento, redução de risco operacional e redução de custos. • Evoluímos a arquitetura de referência e aumentamos substancialmente a adoção de *cloud computing*, trazendo agilidade no atendimento, redução de *time to market*, padronização, reusabilidade e segurança. • Estas ações viabilizaram o desenvolvimento de novos serviços e produtos, dentre os quais destacamos: Produtos de Dados, Modernização da Cobrança, Monitoramento de Recebíveis de Cartões e DetectaFlow. • Especificamente em relação a Produtos de Dados, a Nuclea iniciou sua jornada construindo um *data lake* com o que há de mais moderno em tecnologia de nuvem, desenvolvendo 8 produtos de dados, focados em pessoa jurídica com uma visão de crédito, tais como: Responsabilidade Total, Pulso PJ, Comportamental PJ, Concentração de Crédito, Conecta Dados Pagador, Ranking de Fornecedores, Liquidação de Cartões e o Conecta Score. Estas ações foram pautadas em cocriação com nossos clientes e também com parceiros de negócios, buscando expandir fronteiras e horizontes de forma a agregar valor na expansão do crédito com dados únicos e exclusivos. • Em relação à Registradora Nuclea, consolidamos nosso posicionamento como a maior registradora de recebíveis de cartões de crédito, disponibilizamos o Portal Web para Sacados, Sacadores e Financiadores de menor volume, visando atender as necessidade de todo o mercado, além de cumprir o cronograma regulatório para o registro de Duplicatas. • Ainda no âmbito da Registradora Nuclea, foram solicitados novos pedidos de autorização junto ao Banco Central do Brasil para registro de novos ativos de investimentos. • Além destas ações de crescimento orgânico, visando a acelerar seu crescimento, a Nuclea assinou, em 29 de dezembro de 2022, Protocolo de Justificação e Incorporação de Ações de uma Registradora de Ativos, com expertise em ativos de renda fixa e derivativos. Em sede de assembleia geral extraordinária, em 27 de fevereiro de 2023, esta transação foi aprovada por ambas as Companhias, restando algumas condições suspensivas a serem cumpridas antes da consumação da operação, que, se cumpridas, concretizará a primeira aquisição da Nuclea. • Na frente de investimentos em inovação e novos negócios, mais de 60 empresas foram identificadas como oportunidades sinérgicas à estratégia da Nuclea. Deste pipeline, concretizamos dois investimentos em 2022: (i) a subscrição de debêntures conversíveis em ações na BEE4 em março de 2022, representando, pós-conversão, participação de 50% na empresa; e (ii) subscrição de notas conversíveis na Klavi, em setembro de 2022, que, pós-conversão, representaria participação de 6,66%. **Governança, Cultura, Certificações e Premiações:** Ao longo do ano de 2022, a estrutura de Governança foi reestruturada para atendimento às transformações da Nuclea. • Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento contam com dois membros independentes em cada colegiado. Implementamos 4 comitês estatutários: (i) Auditoria; (ii) Riscos, Controles Internos e Compliance; (iii) Pessoas e Cultura e (iv) Transações com Partes Relacionadas e continuamos monitorando o mercado e nosso ambiente tecnológico por meio do nosso Comitê técnico de Tecnologia e Inovação. Todos os comitês estão sob a coordenação de nossos conselheiros de administração, o que permite maior sinergia e assertividade na execução da nossa estratégia. • Consolidamos o modelo de trabalho na metodologia ágil para 100% da Companhia, em conformidade com nossa estratégia de crescimento, valorizando o desenvolvimento da liderança e fortalecendo a cultura organizacional. • Lançamos o programa de Intraempreendedorismo da Nuclea, com duração predefinida e eixos norteadores. O programa visa a fortalecer a cultura de inovação na Companhia e oferecer protagonismo a todos os colaboradores. Na sua primeira edição, o programa obteve 15 projetos inscritos com mais de 50 colaboradores envolvidos. • Fortalecemos nossa presença no ecossistema de tecnologia e inovação, realizando parcerias com Endeavor, ABFintech e Câmara de Comércio Brasil-Israel, que nos proporcionaram centenas de reuniões com *startups* e *fintechs*, além de participações em importantes eventos especializados no setor. • Renovamos a certificação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (ISO 22.301) considerando o modelo de trabalho remoto - *home first* - da Nuclea, sem impacto na operação. • Evoluímos a identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos junto aos órgãos de governança e ao Conselho de Administração, a partir de riscos de projetos regulatórios e/ou relevantes para a estratégia da Organização. • O risco corporativo de *cibersegurança* foi mantido no menor patamar residual. Da mesma forma, o *score* de risco cibernético medido por solução independente permaneceu no melhor nível - avançado. • Assumimos a coordenação do Grupo de Trabalho de Cibersegurança das Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMFs), visando a disseminar as melhores práticas e tecnologias em uso, bem como facilitar o compartilhamento de informações entre seus membros e terceiros relevantes. • A Nuclea, como parte integrante do ambiente de Interoperabilidade do ecossistema de Registro de Recebíveis de Arranjos de Pagamento, foi premiada junto com as demais Registradoras no evento *Banking Transformation* 2022 como melhor projeto de Inovação na categoria Mercado Financeiro com o projeto de implementação do ambiente de Interoperabilidade. • Realizamos censo para entendimento da diversidade na organização, conscientização e sensibilização interna para o tema de Diversidade, Equidade e Inclusão, com criação dos grupos de afinidade, adesão ao programa empresa cidadã, estruturação de comitê interno para definição de como será a prática ESG (*Environmental, Social and Governance*) na Nuclea, além de programas diversos para formação de jovens, estruturação de programa de estágio para pessoas pretas e adesão ao Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas). • Mantivemos o selo "Women on Board", que reconhece empresas com mulheres em cargos de conselho de administração ou conselhos consultivos e valoriza a liderança e representatividade das mulheres em toda a empresa. • Em dezembro de 2022, lançamos a nova marca - Nuclea (#conexãoquegeravalor), com estruturação do novo *website*, perfis nas redes sociais (*Linkedln, Instagram, Youtube*) e lançamento do *PodCast* "Isso Ninguém Vê!". • Encerramos o ano com a nomeação e consolidação da nova diretoria, cuja missão é acelerar o desenvolvimento e crescimento da Nuclea: (i) André Henrique Caldeira Daré - Diretor Presidente; (ii) Joyce Jane Saika, Diretora VP de Finanças, Jurídico e RI; (iii) Rodrigo Furiato - Diretor de Negócios; e (iv) Eduardo Mato Amorin - Diretor VP de Tecnologia da Informação. **Desempenho Financeiro:** A seguir, apresentamos o desempenho financeiro da Nuclea referente ao período de 2022. **Receita de Serviços e Contribuições:**

R$ mm	2021 CIP Associação	2022 CIP Associação	2022 CIP S.A.	2022 NUCLEA (Combinado)	Δ (%)	Δ (R$)
Receita Bruta de Serviços	**1.076,3**	**231,2**	**1.092,5**	**1.323,7**	**23,0%**	**247,5**
Boletos	452,3	89,1	429,0	518,2	14,6%	65,9
Recebíveis de Cartões	67,7	34,2	287,5	321,7	375,1%	254,0
Liquidação	255,7	41,2	190,3	231,5	-9,4%	(24,2)
Portabilidade	187,9	14,1	96,6	110,8	-41,0%	(77,1)
Consignado	36,2	39,6	6,6	46,2	27,7%	10,0
Registro e Cessão de Crédito	32,1	4,5	37,1	41,6	29,5%	9,5
Cadastro Positivo	34,0	5,6	34,8	40,5	19,1%	6,5
Open Finance	5,0	2,1	7,3	9,4	88,6%	4,4
Outros	5,5	0,8	3,2	3,9	-28,2%	(1,5)
Dados	–	–	0,0	0,0	–	0,0

Receita Bruta e Líquida: Em 2022, a receita bruta atingiu R$ 1,3 bilhão, crescimento de 23,0% em relação a 2021, devido, principalmente, ao aumento de R$ 65,9 milhões em Boletos e de R$ 254 milhões na receita de Recebíveis de Cartões. Enquanto, em 2021, o faturamento desta linha teve início a partir de junho com a entrada em produção do serviço, em 2022 houve 12 meses de operação, decorrente também pelo repasse dos custos de interoperabilidade das demais registradoras. Esse crescimento foi parcialmente compensado, principalmente, por uma redução de R$ 77,1 milhões no faturamento de Portabilidade, dado que o aumento da taxa SELIC e a redução da margem do consignado até março de 2022 diminuíram a volumetria de portabilidade de crédito consignado. A receita líquida totalizou R$ 1,2 bilhão, 21,6% acima do ano anterior.

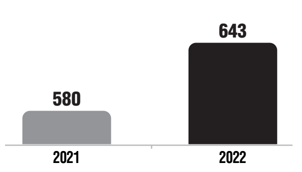
Receita Líquida - *R$ mm*



Resultado Bruto e Despesas Operacionais:

R$ mm	2021 CIP Associação	2022 CIP Associação	2022 CIP S.A.	2022 NUCLEA (Combinado)	Δ (%)	Δ (R$)
Receita Líquida de Serviços	953,7	205,8	954,0	1.159,8	21,6%	206,2
Custo dos Serviços Prestados	(374,0)	(79,0)	(438,1)	(517,1)	38,2%	(143,1)
Lucro Bruto	**579,6**	**126,8**	**515,9**	**642,7**	**10,9%**	**63,1**
Margem Bruta	***60,8%***	***61,6%***	***54,1%***	***55,4%***	***-5,4 pp***	
Despesas Operacionais	(215,6)	(53,6)	(218,5)	(272,1)	26,2%	(56,5)
Lucro Operacional	**364,0**	**73,2**	**297,4**	**370,6**	**1,8%**	**6,6**

Lucro Bruto - *R$ mm*



O lucro bruto alcançou R$ 642,7 milhões, 10,9% acima de 2021, e a margem bruta apresentou redução de 5,4 pontos percentuais, reflexo, principalmente, dos custos variáveis de interoperabilidade do Registro de Recebíveis, que contribuíram para o crescimento de R$ 124,4 milhões em custos variáveis em relação ao ano anterior. Excluindo os custos variáveis, os demais custos cresceram 10,0% em comparação com 2021.

As despesas operacionais totalizaram R$ 273,1 milhões, 26,7% acima de 2021, reduzidas por Outros Resultados Operacionais de R$ 29,9 milhões (R$ -27,2 milhões versus 2021), que incluem o efeito contábil do *impairment* do Projeto Plataforma de Arrecadação, baixa de ativos devido à devolução do escritório CEA e reconhecimento de PECLD, passível de reversão conforme recebimento em 2023. Além disso, em 2022, foram realizadas despesas voltadas para a execução do Planejamento Estratégico da Nuclea, como o plano de comunicação da nova marca, recrutamento e contratação de novas posições e reestruturação da Diretoria Executiva e superintendências. Com isso, obtivemos o lucro operacional de R$ 369,6 milhões, 1,5% acima de 2021.

Resultado Financeiro e Lucro Líquido do Exercício:

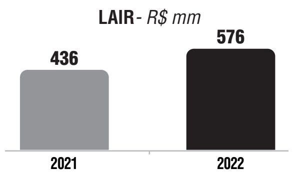
R$ mm	2021 CIP Associação	2022 CIP Associação	2022 CIP S.A.	2022 NUCLEA (Combinado)	Δ (%)	Δ (R$)
Resultado Operacional	364,0	73,2	297,4	370,6	1,8%	6,6
Resultado Financeiro	71,7	22,6	183,2	205,8	187,1%	134,1
LAIR	**435,7**	**95,8**	**480,6**	**576,4**	**32,3%**	**140,7**
IRPJ/CSLL	–	–	(165,7)	(165,7)	0,0%	(165,7)
Lucro Líquido/Superávit	**435,7**	**95,8**	**314,8**	**410,6**	**-5,7%**	**(25,0)**
Margem Líquida (%)	***45,7%***	***46,6%***	***33,0%***	***35,4%***	***-10,3 pp***	

O resultado financeiro líquido foi de R$ 206,7 milhões, 135,0% superior a 2021, devido ao aumento da taxa SELIC e da maior saldo médio em recursos financeiros. A Nuclea iniciou 2022 com R$ 1,76 bilhão em recursos financeiros, e encerrou o ano com R$ 2,0 bilhões (+R$ 284 milhões).

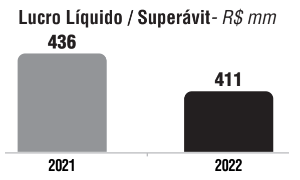
Assim, o lucro antes de imposto de renda e contribuição social (LAIR) alcançou R$ 576,4 milhões em 2022, 32,3% acima de 2021.

A CIP Associação está isenta de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro por não ter fins lucrativos, que, por outro lado, incidem sobre a Nuclea. Em 2022, após reconhecimento de R$ 165,7 milhões em IRPJ/CSLL, a Nuclea (Combinado) alcançou lucro líquido de R$ 410,6 milhões, versus superávit de R$ 435,7 milhões em 2021.

LAIR - *R$ mm*



Lucro Líquido / Superávit - *R$ mm*



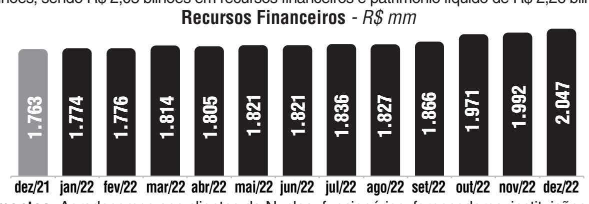
EBITDA

R$ mm	2021 CIP Associação	2022 CIP Associação	2022 CIP S.A.	2022 NUCLEA (Combinado)	Δ (%)	Δ (R$)
LAIR	435,7	95,8	480,6	576,4	32,3%	140,7
(–) Resultado Financeiro*	59,8	22,6	183,2	205,8	243,9%	145,9
(–) Depreciação e Amortização	(55,3)	(9,8)	(51,6)	(61,5)	11,2%	(6,2)
EBITDA	**431,1**	**83,1**	**349,0**	**432,1**	**0,2%**	**1,0**
Margem EBITDA (%)	***45,2%***	***40,4%***	***36,6%***	***37,3%***	***-8,0 pp***	

*Resultado Financeiro inclui IR sobre aplicações financeiras (despesas tributárias).

Como resultado dos fatores mencionados anteriormente, o EBITDA alcançou R$ 432,1 milhões em 2022, R$ 1,0 milhão acima de 2021. **Recursos Financeiros:** Continuamos mantendo sólida posição de balanço patrimonial e recursos financeiros para o desenvolvimento dos nossos negócios. Encerramos 2022 com ativos totalizando R$ 2,53 bilhões, sendo R$ 2,05 bilhões em recursos financeiros e patrimônio líquido de R$ 2,26 bilhões.

Recursos Financeiros - *R$ mm*



Agradecimentos: Agradecemos aos clientes da Nuclea, funcionários, fornecedores, instituições financeiras, acionistas e demais *stakeholders* pela colaboração essencial no desenvolvimento e na operacionalização das soluções e dos serviços. Essa atitude reforça nosso compromisso com a constante eficiência, a segurança e a integridade das operações, inovação e geração de novos serviços para movimentar a economia digital em benefício de toda a sociedade.

São Paulo, 15 de março de 2023

Conselho de Administração e Diretoria

Balanço Patrimonial

	Nota	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Ativo/Circulante		**518.088**	**528.268**
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.256	118.888
Instrumentos financeiros (títulos de dívida)	5	184.983	188.358
Contas a receber de clientes	6	180.199	182.231
Despesas antecipadas	8	29.090	29.094
Tributos a recuperar	7	7.478	7.518
Outros créditos		2.082	2.179
Não circulante		**2.011.321**	**2.002.665**
Instrumentos financeiros (títulos de dívida)	5	1.759.479	1.769.704
Despesas antecipadas	8	24.915	24.915
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	12.718	12.718
Depósitos Judiciais		10	10
Investimentos	11	18.949	–
Imobilizado	9	67.844	67.912
Intangíveis	10	125.681	125.681
Direito de uso	9	1.725	1.725
Total do ativo		**2.529.409**	**2.530.933**

	Nota	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido		**2.261.459**	**2.261.459**
Circulante		**243.492**	**245.016**
Fornecedores	12	83.382	83.828
Empréstimos e financiamentos	17	828	828
Obrigações trabalhistas e outras com pessoal	13	51.769	52.509
Dividendos	14	74.770	74.770
Contingências	13.c	408	408
Impostos, contribuições e encargos a recolher	15	13.452	13.787
Imposto de renda e contribuição social	16	18.186	18.186
Outras obrigações		697	700
Não circulante		**24.458**	**24.458**
Empréstimos e financiamentos	17	897	897
Obrigações trabalhistas e outras com pessoal	13	7.684	7.684
IRRF sobre rendimentos títulos públicos	15	15.877	15.877
Capital social subscrito e integralizado	18.1	974.128	974.128
Reserva de lucros	18.2	1.292.952	1.292.952
Outros resultados abrangentes		(5.621)	(5.621)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.529.409**	**2.530.933**

Demonstrações das Mutações

	Nota	Capital social: Livre	Capital social: Especial	Reservas de lucro: Patrimônio especial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva desenvolvimento controladas	Para cobertura de riscos operacionais	Fundo de risco IMF	Outros resultados abrangentes	Lucro acumulado	Total controladora	Total consolidado
Saldo em 1º/03/2022 (i)		**936.434**	**23.549**	**352**	**–**	**854.707**	**–**	**8.001**	**185.038**	**(5.722)**	**–**	**2.002.359**	**2.002.359**
Integralização do capital social	18.1	14.145	–	–	–	–	–	–	–	–	–	14.145	14.145
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	319.624	319.624	319.624
Mensuração do valor justo (instrumentos financeiros)	5.ii	–	–	–	–	–	–	–	–	101	–	101	101
Destinação do Lucro:		**–**	**–**	**2.574**	**15.741**	**221.735**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(319.624)**	**(74.770)**	**(74.770)**
Reserva legal	18.2.a	–	–	–	15.741	–	–	–	–	–	(15.741)	–	–
Reserva de lucros	18.2.e	–	–	–	–	221.735	–	–	–	–	(221.735)	–	–
Dividendos	14	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(74.770)	(74.770)	(74.770)
Reserva desenvolvimento Controladas							4.804				(4.804)		
Reserva do patrimônio especial (C3)	18.2.b	–	–	2.574	–	–	–	–	–	–	(2.574)	–	–
Reserva fundo de risco IMF	18.2.d	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2022		**950.579**	**23.549**	**2.926**	**15.741**	**1.076.442**	**4.804**	**8.001**	**185.038**	**(5.621)**	**–**	**2.261.459**	**2.261.459**

(i) Os saldos em 1° de março de 2022 referem-se ao acervo incorporado da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP no processo de cisão parcial

Demonstração dos Resultados

	Nota	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	20.a	**954.042**	**963.389**
Custos dos serviços prestados	20.b	**(438.123)**	**(440.656)**
Custos variáveis		(271.936)	(271.936)
Custos fixos		(62.707)	(63.363)
Depreciação e amortização		(31.928)	(31.928)
Custo com pessoal		(70.939)	(72.815)
Outros custos		(613)	(614)
Lucro bruto		**515.919**	**522.733**
Despesas operacionais		**(214.711)**	**(222.001)**
Despesas com pessoal	21.a	(81.221)	(82.315)
Despesas administrativas	21.b	(117.439)	(118.731)
Depreciações e amortizações	9 e 10	(19.707)	(19.710)
Despesas tributárias	21.c	(1.148)	(1.245)
Resultado de equivalência patrimonial	21.d	4.804	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**301.208**	**300.732**
Resultado financeiro líquido	22	**184.149**	**184.625**
Receitas financeiras		188.185	188.662
Despesas financeiras		(4.036)	(4.037)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**485.357**	**485.357**
Corrente	16	(178.451)	(178.451)
Diferido	16	12.718	12.718
Lucro líquido do período		**319.624**	**319.624**
Lucro líquido do período por ação		**6,1836**	**6,1836**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Nota	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do período		**319.624**	**319.624**
Outros componentes do resultado abrangente			
Ajuste a valor de mercado - instrumentos financeiros - (títulos de dívida)	**5.ii**	**101**	**101**
Resultado abrangente para o período		**319.725**	**319.725**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Nota	Controladora 12/2022	Consolidado 12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do período		**319.624**	**319.624**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		**(77.995)**	**(73.515)**
Depreciação e amortização	9 e 10	19.707	19.711
Depreciação e amortização - custo dos serviços prestados	9 e 10	34.934	34.934
Baixas de imobilizado e intangível	9 e 10	22.864	22.864
Provisões de PCM e ILP	13.b	27.759	27.707
Perdas de créditos esperadas	6.c	9.187	9.187
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	13.c	(66)	(64)
Provisões fornecedores		6.803	7.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	(12.718)	(12.718)
Resultado de equivalência patrimonial	21.d	(4.804)	–
Rendimento de aplicação financeira		(181.661)	(182.138)
Lucro líquido ajustado		**241.629**	**246.109**
Variação nos ativos e passivos		**(126.122)**	**(130.487)**
Instrumentos financeiros (títulos de dívida)		(70.188)	(73.964)
Clientes		(34.200)	(21.544)
Despesas antecipadas		(2.772)	(2.762)
Tributos a recuperar		(7.280)	(7.319)
Outros créditos		9.417	9.345
Depósitos Judiciais		(10)	(10)
Fornecedores		(18.899)	(31.754)
Férias e incentivo de longo prazo		(15.806)	(15.808)
Impostos, contribuições e encargos a recolher		13.065	12.935
Outras obrigações		551	394
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**115.507**	**115.622**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	9 e 10	(14.882)	(14.894)
Aquisições de intangível	9 e 10	(42.451)	(42.451)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(57.333)**	**(57.345)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos		(4.048)	(4.048)
Juros sobre empréstimos		207	207
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(3.841)**	**(3.841)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**54.333**	**54.436**
Saldos de caixa e equivalentes de caixa		**54.333**	**54.436**
No início do período		59.923	64.452
No fim do período	4	**114.256**	**118.888**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A CIP S.A. ("Companhia") sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo - SP, Brasil, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, Jardim Paulistano, é regida por seu estatuto social e pela Lei n° 6.404/76 ("Lei das S.A."). Sua constituição deu-se em virtude da incorporação do acervo cindido da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, associação sem fins lucrativos, devido à desmutualização daquela, aprovada em Assembleia Geral em 25/02/2022 com efeitos a partir de 01/03/2022, quando suas atividades operacionais e econômicas passaram a ser exercidas pela CIP S.A. Sua criação teve como objetivo ampliar o leque de serviços oferecidos ao mercado financeiro e a busca por se tornar uma *Tech Company* e atuar em novos mercados. As ações ordinárias da Companhia foram emitidas na mesma proporção de participação aos detentores dos títulos patrimoniais da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP. A Companhia tem como atividades: (a) a criação, o desenvolvimento e a operação de sistemas relacionados a, incluindo, mas não se limitando, a prestação de serviços com o fim de proporcionar: (a.1) a transferência de fundos, de outros ativos financeiros bem como de informações no âmbito do mercado financeiro nacional; e (a.2) o registro, processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas; (b) a prestação de serviços, no âmbito do mercado financeiro nacional, para Instituições Financeiras ("IFs"), caixas econômicas e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com as normas legais e/ou regulamentares em vigor, bem como para outras instituições que tenham relação com as entidades acima descritas; (c) a realização de outras operações e serviços compatíveis com as atividades de entidades operadoras de infraestrutura do mercado financeiro, câmaras e prestadores de serviços de registro, compensação e liquidação; (d) O desenvolvimento e operação de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compras e vendas, leilões e operações envolvendo valores mobiliários, títulos, direitos e ativos financeiros e não financeiros; (e) A prestação e serviços de padronização, classificação, análise, estatísticas, realização de estudos sobre assuntos que interessem à Companhia e aos participantes dos mercados por ela direta ou indiretamente administrados; (f) A prestação de serviços associados ao fornecimento de dados estruturados para o mercado, incluindo a constituição de dados, processamento, inteligência de dados e atividades correlatas; (g) O exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados; (h) a prestação e serviços para fins de desenvolvimento de mercado, incluindo, mas não se limitando a, serviços auxiliares a análises de clientes, identidade digital e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e fornecimento e operação de soluções tecnológicas relacionadas a identidade digital e autenticação; (i) a prestação de serviços de registro de ônus e gravames sobre valores mobiliários, títulos, ativos, financeiros ou não, imóveis e outros instrumentos financeiros, inclusive de registro de instrumentos de constituição de garantia e de cartório, nos termos da regulamentação aplicável; (j) a prestação de serviços associados ao suporte a operações de créditos, financiamento e arrendamento mercantil, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento de operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável; (k) a prestação e serviços associados ao Open Banking, inclusive de serviços de desenvolvimento, gateway, suporte ao mercado, e atividades correlatas, nos termos da regulamentação aplicável; (l) a prestação de serviços associados ao mercado de seguros, saúde e educação, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operações de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável; (m) o exercício de outras atividades autorizadas pela comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil, ou outras entidades reguladoras que, na visão do Conselho de Administração, sejam do interesse de participantes dos mercados administrados pela Companhia e contribuam para o seu desenvolvimento e sua higidez; e (n) a participação no capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou exterior, seja na qualidade de sócia, acionista controladora ou não, e que tenha como foco principal as atividades expressamente mencionadas no Estatuto Social da Companhia, ou que na visão do Conselho de Administração, sejam do interesse de participantes dos serviços administrado por ela e contribuam para os eu desenvolvimento e higidez. **1.1. Impactos COVID-19:** Para o período em questão não foram identificados impactos nas operações da Companhia. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Estas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15/03/2023 e estão elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes usadas na gestão pela Administração estão evidenciadas nestas Demonstrações Contábeis. A preparação destas Demonstrações Contábeis em conformidade com os pronunciamentos técnicos requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, como a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e as provisões para contingências cíveis e trabalhistas, são avaliadas e baseiam-se na expectativa de perda da administração, quando aplicável. As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram mensuradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo em cada data de reporte e essa mensuração é classificada no Nível 1 da hierarquia do valor justo. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir: **3.1. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço. • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2 Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia, ainda que não venda o ativo ou transfira o passivo na data de mensuração para que possa mensurar o valor justo com base nesse preço de mercado. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 26A1-720D-77D8-132E.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 26A1-720D-77D8-132E.

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da CIP S.A.

seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos mensurados ou divulgados a valor justo nas Demonstrações Contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.3. Pronunciamentos novos ou revisados:** A Companhia não adotou qualquer norma ou interpretação nova no período. As normas e interpretações novas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das Demonstrações Contábeis, serão adotadas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) Alterações CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A revisão apresenta alterações na classificação de ativos circulantes e não circulantes, promovendo requisitos para que, na data do balanço patrimonial, os passivos com uma data de liquidação incerta sejam classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia não identificou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. Sua vigência é a partir de 01/01/2023. b) Alterações CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A revisão apresenta alterações no conceito de "estimativa contábil", esclarecendo que uma mudança na estimativa contábil não se relaciona com períodos anteriores e não é uma correção de erro. A Companhia não identificou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. Sua vigência é a partir de 01/01/2023. c) Alterações no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: A revisão apresenta alterações no reconhecimento inicial de ativos e passivos diferidos levando em consideração transações que deem origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. A Companhia está avaliando possíveis impactos. Sua vigência é a partir de 01/01/2023. **3.4. Base de Consolidação:** A elaboração e apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas é requerida quando a entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia tem controle da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("CIP Associação"), entidade sem fins lucrativos, cuja participação em 31 de dezembro de 2022 representa 100% do capital social, exercendo o controle. Para a preparação destas Demonstrações Contábeis, foi utilizada Demonstrações Contábeis da controlada encerrada na mesma data-base da Controladora. O investimento é atualizado pelo método da equivalência patrimonial. A seguir estão descritos os procedimentos de consolidação: • são combinados itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; • são eliminados os valores contábeis do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; • são eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo). Em 31/12/2022, a Companhia não está apresentando o saldo de seu "Fundo Exclusivo" em sua consolidação, pois seus valores são imateriais nos saldos dos Balanços patrimoniais (R$26 mil - 2022), nas Demonstrações dos fluxos de caixa (R$ 1 mil - 2022), não produzindo impacto significativo nesse exercício e na Demonstração do resultado do exercício. A abertura dos ativos do fundo exclusivo e o *aging* da carteira estão sendo divulgados na Nota Explicativa nº 5. **3.5. Instrumentos Financeiros (Títulos de dívida):** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros (títulos de dívida) são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos e ajustados, quando aplicáveis, ao valor de mercado ou realização. Os instrumentos financeiros (títulos de dívida) são classificados de acordo com o modelo de negócio e dos fluxos contratuais, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • Valor justo por meio de resultado (VJR) - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados, na data do balanço, pelo valor de mercado e são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - adquiridos com o propósito de manter esses ativos até o vencimento e receber os fluxos de caixa contratuais ou eventualmente vender para cobrir as necessidades de capital de giro e novos investimentos. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização; e • Custo amortizado (CA) - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **3.6. Contas a receber:** As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas, quando aplicável. A Companhia mensura o valor das perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas de modo que reflita: (a) o valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; e (b) informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras. As perdas são estimadas com base na instrução normativa de procedimentos e responsabilidades para cobrança e provisão que tem como premissa dias de atrasos e são segmentadas por serviços e seu nível de maturidade. A matriz de recebíveis utilizada na constituição da provisão estimada de perda é revisada a cada levantamento de balanço. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para o cálculo das perdas de créditos esperadas, constituindo provisão para 100 por cento dos recebíveis vencidos há mais de 90 dias, respeitando as exceções de prazo de maturidade de novos serviços. **3.7. Caixas e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.8. Despesas antecipadas:** Referem-se a pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros. Compreendem, substancialmente gastos com seguros, renovação de licenças que não atendem aos critérios de reconhecimento como intangível e atualização tecnológica junto a terceiros. Esses gastos são apropriados ao resultado do exercício considerando o período de vigência dos respectivos contratos. **3.9. Investimentos:** A Companhia consolida sua controlada a partir da obtenção do controle, ou seja, quando estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido. Nas Demonstrações Contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. **3.10. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de eventuais perdas não recuperáveis acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Administração inclui no valor contábil de um item do ativo imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado contra a respectiva conta do resultado do exercício. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, a partir do momento que são instalados e estão disponíveis para uso, utilizando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos e itens de informática, 20% para as benfeitorias em propriedade de terceiros. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual ou recuperável e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **3.11. Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos e um ativo representando o direito de uso do ativo objeto durante o prazo do contrato. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente na demonstração do resultado do exercício. O passivo do arrendamento é reavaliado na ocorrência de eventos como: mudança no prazo do arrendamento, mudança nos pagamentos futuros do arrendamento, alteração de um índice ou taxa usada para determinar os pagamentos. O valor da reavaliação do passivo de arrendamento é reconhecido como um ajuste ao ativo de direito de uso. **3.12. Intangível:** São classificados nesse grupo os ativos não monetários, especificamente softwares, provenientes de direitos contratuais ou desenvolvidos internamente, pois estão vinculados aos custos de outros ativos que atendem ao critério de ativo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de maneira linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As despesas com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade da conclusão do desenvolvimento, e são amortizados, durante a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. São compostos pelos softwares, registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada de 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso. **3.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1), os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores contábeis. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável do ativo, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Em 31/12/2022 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. **3.14. Fornecedores:** Os saldos de contas a pagar aos fornecedores são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. **3.15. Provisões e contingências:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. **3.16. Benefícios a funcionários:** a) Plano de previdência complementar: A Companhia contribui para um plano de previdência complementar aberta para seus funcionários (contribuição definida). As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos gastos de pessoal na demonstração do resultado do exercício. b) Bonificações e participação nos lucros e resultados: A Companhia proporciona, também, uma participação nos lucros e resultados, a todos os seus funcionários, baseada em plano anual de cumprimento de metas (PLR), que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração. O plano inclui metas corporativas, de equipes e avaliação individual, que estão relacionadas a indicadores de acordo com o planejamento estratégico da organização. Em dezembro de 2022 Companhia alterou o pagamento de bônus para o pagamento de participação nos lucros e resultados. O valor total é reconhecido no resultado do exercício com base na melhor estimativa de realização. A Companhia proporciona um programa de incentivo de longo prazo (ILP), destinado aos funcionários nomeados pelo diretor presidente. O ILP é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e o programa está vinculado a um plano específico de execução de estratégias. O montante reconhecido como passivo reflete o seu valor presente, considerando o período de acumulação. A Companhia considera a probabilidade de que alguns integrantes do ILP não satisfaçam aos requisitos de aquisição de direito, portanto o serviço do empregado da origem à uma obrigação construtiva apenas ao final de cada exercício (*vesting period*). **3.17. Reconhecimento de receitas, custos e despesas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de cancelamentos, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos, notadamente a conclusão do respectivo serviço prestado. As receitas, custos e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. **3.18. Imposto de renda e contribuição social:** a) Imposto de renda e contribuição social - correntes: Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados com base no valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. O cálculo sobre o lucro tributável utiliza alíquotas que estão de acordo com as leis tributárias vigentes, sendo 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceda R$ 240 mil para IRPJ e 9% para CSLL, além da compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia poderá compensar os saldos no balanço patrimonial apenas se tiver direito legal para realizar a compensação e tiver a pretensão de liquidar ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O tributo diferido resulta das diferenças temporárias entre a base contábil e a base fiscal de ativos e passivos e de prejuízos fiscais acumulados. O ativo fiscal diferido é reconhecido sobre o lucro recuperável futuro relacionado às diferenças tributáveis dedutíveis, compensação futura de prejuízos fiscais e compensação futura de créditos fiscais não utilizados e o passivo fiscal diferido é reconhecido sobre o lucro devido futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. Os tributos diferidos são classificados como "não circulante" no balanço patrimonial conforme instrução do CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia poderá compensar os saldos no balanço patrimonial apenas se tiver direito legal para realizar a compensação e se os ativos e passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.19. Dividendos:** O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado conforme artigo 202 da lei das S.A. Se este limite não for atingido, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos que ultrapassarem este limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido "Dividendo Adicional Proposto".

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Caixa e Bancos	2.557	2.589
Instrumentos Financeiros - Operações Compromissadas (i)	111.699	116.299
Total	**114.256**	**118.888**

(i) As operações compromissadas em Tesouro SELIC são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operação de curto prazo, seu custo de aquisição é igual ao valor de mercado.

5. Instrumentos financeiros (títulos de dívida):

a) Composição dos valores por categoria e tipo:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**158.412**	**161.787**
Livres	**158.412**	**161.787**
Tesouro SELIC - Fundo Exclusivo (i)	158.412	161.787
Custo amortizado (CA) (ii)	**26.571**	**26.571**
Vinculados às reservas	26.571	26.571
Tesouro SELIC - do Patrimônio Especial	26.571	26.571
Circulante	**184.983**	**188.358**
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (i)	**1.729.982**	**1.740.207**
Livres	1.537.493	1.547.718
Tesouro SELIC - Fundo Exclusivo	296.485	306.710
Tesouro SELIC	1.241.008	1.241.008
Vinculados às reservas	**192.489**	**192.489**
Tesouro SELIC - para cobertura de riscos operacionais	10.236	10.236
Tesouro SELIC - para risco IMF	182.253	182.253
Valor Justo por meio do resultado (VJR) (iii)	**29.497**	**29.497**
Debêntures	29.497	29.497
Não circulante	**1.759.479**	**1.769.704**
Total	**1.944.462**	**1.958.062**

(i) Considerando o modelo de negócio da administração em receber os fluxos de caixa contratuais ou eventualmente vender para cobrir as necessidades de capital de giro e novos investimentos, os instrumentos financeiros (títulos de dívida) em 31/12/2022 foram classificados como Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). O ajuste a valor de mercado em 01/03/2022 era de R$ 5.742 e em 31/12/2022 era de R$ 5.621. (ii) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento foram avaliados pelo Custo amortizado (CA) e estão próximos do valor de mercado. O valor do rendimento destes títulos no montante de R$ 2.574 foi reconhecido no resultado do exercício. (iii) Títulos conversíveis em ações ordinárias de espécie quirografária emitidos pela **BEE4 Intermediação, Compensação e Liquidação S.A.**, com prazo de vencimento em março de 2025, sem remuneração e atualização conforme IPCA, que apresentam risco de mercado associado ao comportamento das taxas de juros, em resposta, por exemplo, às alterações na política econômica do governo federal ou no cenário internacional; e título "*covertible note*" emitido pela empresa **Credit Vista Technologies Limited**, com vencimento em agosto de 2024, com rendimento de 5% ao ano, apresentando também risco cambial. Estes instrumentos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado. b) Composição dos valores por categoria, tipo e vencimento:

Controladora 31/12/2022	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**270.111**	**906.035**	**823.947**	**2.000.093**
Livres	**270.111**	**713.546**	**823.947**	**1.807.604**
Tesouro SELIC (operações compromissadas)	111.699	–	–	111.699
Tesouro SELIC	158.412	713.546	823.947	1.695.905
Vinculados às reservas - Tesouro SELIC	**–**	**192.489**	**–**	**192.489**
Para cobertura de riscos operacionais	–	10.236	–	10.236
Para fundo de risco IMF - Tesouro SELIC	–	182.253	–	182.253
Custo amortizado (CA)	**26.571**	–	–	**26.571**
Vinculados às reservas - Tesouro SELIC	**26.571**	–	–	**26.571**
Do Patrimônio Especial	26.571	–	–	26.571
Valor justo por meio do resultado (VJR)	**–**	**29.497**	**–**	**29.497**
Debêntures	–	29.497	–	29.497
Total - 2022	**296.682**	**935.532**	**823.947**	**2.056.161**

Consolidado 31/12/2022	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**278.086**	**915.125**	**825.082**	**2.018.293**
Livres	**278.086**	**722.636**	**825.082**	**1.825.804**
Tesouro SELIC (operações compromissadas)	116.299	–	–	116.299
Tesouro SELIC	161.787	722.636	825.082	1.709.505
Vinculados às reservas - Tesouro SELIC	**–**	**192.489**	**–**	**192.489**
Para cobertura de riscos operacionais	–	10.236	–	10.236
Para fundo de risco IMF - Tesouro SELIC	–	182.253	–	182.253
Custo amortizado (CA)	**26.571**	**–**	**–**	**26.571**
Vinculados às reservas - Tesouro SELIC	**26.571**	–	**–**	**26.571**
Do Patrimônio Especial	26.571	–	–	26.571
Valor justo por meio do resultado (VJR)	**–**	**29.497**	**–**	**29.497**
Debêntures	–	29.497	–	29.497
Total - 2022	**304.657**	**944.622**	**825.082**	**2.074.361**

c) O valor justo dos títulos relacionados ao Tesouro SELIC reconhecidos como custo amortizado em 31/12/2022 era de R$ 26.571; d) Os instrumentos financeiros "debêntures" e "*convertible note*" são reconhecidos a valor justo por meio do resultado pelo seu valor de custo ajustado de acordo com as condições contratuais representando sua melhor estimativa de valor justo. e) Hierarquia do valor justo: A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (títulos de dívida) do item "b" é classificada no Nível 1 da hierarquia, exceto para as debêntures são classificadas no Nível 2. **6. Contas a receber de participantes:** Referem-se aos valores a receber pela prestação de serviços de processamento de dados, compensação e liquidação financeira de transações. a) Composição dos valores por cliente:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Dez maiores clientes	134.686	137.878
Demais clientes	54.700	53.540
Provisão para perdas	(9.187)	(9.187)
Total	**180.199**	**182.231**

b) Composição dos valores por vencimento:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
A vencer	**125.619**	127.651
A vencer até 30 dias	125.619	127.651
Vencidos	**54.580**	**54.580**
Vencido de 1 a 30 dias	35.829	35.829
Vencidos de 31 a 90 dias	18.751	18.751
Vencidos de 91 até 120 dias	687	687
Vencidos acima 120 dias	8.500	8.500
Provisão para perdas	(9.187)	(9.187)
Total	**180.199**	**182.231**

c) Movimentação das perdas estimadas em crédito:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Saldo em 01/03/2022	–	–
Provisão/ Reversão	9.187	9.187
Baixas	–	–
Saldo em 31/12/2022	**9.187**	**9.187**

As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atrasos e segmentação por serviços e seus níveis de maturidade.

7. Tributos a Recuperar:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
PIS, COFINS e CSLL (PCC) (i)	2.713	2.713
IRRF (i)	2.801	2.801
Outros tributos a recuperar (ii)	1.964	2.004
Total	**7.478**	**7.518**

(i) Refere-se a valores retidos sobre os serviços prestados. (ii) Refere-se a PIS e COFINS sobre os serviços prestados.

8. Despesas antecipadas:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Renovação de Licença de Software (i)	14.814	14.814
Extensão de garantia de equipamentos (ii)	13.394	13.394
Outras despesas antecipadas (iii)	882	886
Circulante	**29.090**	**29.094**
Renovação de Licença de Software (i)	197	197
Extensão de garantia de equipamentos (ii)	24.552	24.552
Outras despesas antecipadas (iii)	166	166
Não circulante	**24.915**	**24.915**
Total	**54.005**	**54.009**

(i) Refere-se a renovação de licenças de uso dos softwares corporativos e de negócios da Companhia nos quais não atendem ao critério de reconhecimento de intangível. (ii) Refere-se a compra de extensão de garantia e assistência técnica de equipamentos de informática, com validade de até 5 anos. (iii) Refere-se a gastos com assinaturas de jornais e revistas, renovação de seguros, saldo a apropriar do IPTU e depósito caução de aluguel.

9. Imobilizado:

Controladora	Móveis e utensílios	Equipamentos	Itens de informática	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Bens tangíveis em andamento (ii)	Total	Direito de uso	Total
Em 1° de março de 2022 (i)	**1.841**	**6.359**	**150.399**	**13.251**	**4.891**	**176.741**	**23.213**	**23.213**
Adições	63	130	19.486	–	(4.797)	**14.882**	1.735	**1.735**
Transferências (iii)	–	393	(1.036)	–	(94)	**(737)**	–	**–**
Baixas	(1.200)	(2.432)	(49.595)	(8.037)	–	**(61.264)**	(20.325)	**(20.325)**
Em 31/12/2022	**704**	**4.450**	**119.254**	**5.214**	**–**	**129.622**	**4.623**	**4.623**
Depreciação								
Em 1° de março de 2022	**(912)**	**(4.765)**	**(81.460)**	**(8.748)**	–	**(95.885)**	**(9.783)**	**(9.783)**
Depreciação anual (ii)	(123)	(538)	(20.713)	(878)	–	**(22.252)**	(3.841)	**(3.841)**
Transferências (iii)	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Depreciação acumulada de ativos baixados	670	2.144	48.442	5.103	–	**56.359**	10.726	**10.726**
Em 31/12/2022	**(365)**	**(3.159)**	**(53.731)**	**(4.523)**	**–**	**(61.778)**	**(2.898)**	**(2.898)**
Valor residual líquido								
Em 31/12/2022	**339**	**1.291**	**65.523**	**691**	**–**	**67.844**	**1.725**	**1.725**

Consolidado	Móveis e utensílios	Equipamentos	Itens de informática	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Bens tangíveis em andamento (ii)	Total	Direito de uso	Total
Em 1° de março de 2022 (i)	**1.841**	**6.359**	**150.460**	**13.251**	**4.891**	**176.802**	**23.213**	**23.213**
Adições	63	130	19.497	–	(4.797)	**14.893**	1.735	**1.735**
Transferências (iii)	–	393	(1.036)	–	(94)	**(737)**	–	**–**
Baixas	(1.200)	(2.432)	(49.595)	(8.037)	–	**(61.264)**	(20.325)	**(20.325)**
Em 31/12/2022	**704**	**4.450**	**119.326**	**5.214**	**–**	**129.694**	**4.623**	**4.623**
Depreciação								
Em 1° de março de 2022	**(912)**	**(4.765)**	**(81.460)**	**(8.748)**	–	**(95.885)**	**(9.783)**	**(9.783)**
Depreciação anual (ii)	(123)	(538)	(20.717)	(878)	–	**(22.256)**	(3.841)	**(3.841)**
Transferências	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Depreciação acumulada de ativos baixados	670	2.144	48.442	5.103	–	56.359	10.726	**10.726**
Em 31/12/2022	**(365)**	**(3.159)**	**(53.735)**	**(4.523)**	**–**	**(61.782)**	**(2.898)**	**(2.898)**
Valor residual líquido								
Em 31/12/2022	**339**	**1.291**	**65.591**	**691**	**–**	**67.912**	**1.725**	**1.725**

(i) Os saldos iniciais em 1° de março de 2022 referem-se ao acervo incorporado da Câmara Interbancária de Pagamentos no processo de cisão parcial. (ii) Do total de depreciação do imobilizado registrado em 31/12/2022 no montante de R$ 26.097 no consolidado, o montante de R$ 11.095 está apresentado na demonstração do resultado do exercício na linha de "Custos dos serviços prestados", pois representa a depreciação de itens de informática diretamente e direito de uso vinculados à prestação de serviços pela Companhia; e o valor de R$ 15.002 está apresentado no grupo "Despesas operacionais" na linha "Depreciações e amortizações". (iii) O valor total de (4.891) refere-se à transferência da aquisição de bens de tecnologia para o *refresh* da PCR e do programa Transformação para as contas de itens de informática. (iv) Os saldos de 737 na linha de valor de aquisição refere-se à transferência para a linha de "softwares" no intangível, pois os ativos foram registrados indevidamente como "hardwares".

10. Intangível:

Consolidado	Softwares em uso	Softwares em desenvolvimento (ii)	Total
Valor de aquisição			
Em 1° de março de 2022 (i)	**284.672**	**33.043**	**317.715**
Adições	8.164	34.288	42.452
Transferências (iv)	17.299	(16.562)	737
Baixas	(24.705)	–	(24.705)
Em 31/12/2022	**285.430**	**50.769**	**336.199**
Amortização			
Em 1° de março de 2022	**(188.716)**	**–**	**(188.716)**
Amortização anual (iii)	(28.548)	–	(28.548)
Reclassificação	–	–	–
Amortização acumulada de ativos baixados	6.746	–	6.746
Em 31/12/2022	**(210.518)**	**–**	**(210.518)**
Valor residual líquido			
Em 31/12/2022	**74.912**	**50.769**	**125.681**

(i) Os saldos iniciais em 1° de março de 2022 referem-se ao acervo incorporado da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP no processo de cisão parcial. (ii) Referem-se à capitalização de horas apontadas, aquisição de softwares e serviços para projetos de mercado, principalmente para os projetos Escrituração e Registro de Duplicatas, Monetização de dados, Liquidação C3 e projetos de inovação. O saldo registrado em 31/12/2022 representa R$ 50.769 e será amortizado pelo início da sua utilização. (iii) Do total de amortização registrado em 31/12/2022 no montante de R$ 28.548, o valor de R$ 23.839 está apresentado nas demonstrações do resultado do exercício na linha de "Custos dos serviços prestados", pois representa a amortização de softwares diretamente vinculados à prestação de serviços pela Companhia; e o valor de R$ 4.709, referente à amortização dos softwares para uso interno da Companhia, está apresentado no grupo de "Despesas operacionais" na linha "Depreciações e amortizações". (iv) Referem-se à transferência dos investimentos classificados em software em desenvolvimento para software, a partir do início da sua utilização e os saldos de 737 na linha de valor de aquisição, referem-se à transferência da linha de "hardware", pois os ativos foram registrados nela indevidamente". **11. Investimentos:** Em 15/12/2022 a Companhia adquiriu 100% das cotas de capital da CIP Associação através de contribuição da totalidade de cotas da entidade para a Companhia. A controlada é uma associação sem fins lucrativos, que tem o objetivo de desempenhar atividades educacionais e de treinamento, além de continuar cumprindo os Acordos de Cooperação no âmbito do SCC - Serviço de Consignação de Crédito. A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

Investida	Controle	%	Equivalência Patrimonial: Resultado do Exercício	Custo de Aquisição	31/12/2022
Câmara Interbancária de Pagamentos CIP	Controlada	100	4.804	14.145	**18.949**

12. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Relacionados aos serviços prestados (i)	61.524	61.938
Relacionados a investimentos (ii)	5.294	5.294
Outros fornecedores (iii)	16.564	16.596
Total	**83.382**	**83.828**
Circulante	**83.382**	**83.828**
Não circulante	–	–

(i) Referem-se a valores a pagar relativos à contratação de processamento, serviços de suporte técnico, manutenção de sistemas, links, renovação e licenças vinculados ao custo dos serviços prestados pela Companhia (principalmente com o serviço Recebíveis de Arranjos de Pagamentos - R2C3). (ii) Referem-se a valores a pagar relativos principalmente aos projetos de mercado de Recebíveis de Arranjos de Pagamentos (R2C3), projeto SIRV e projetos internos de infraestrutura. (iii) Referem-se a outros valores a pagar relacionados com as despesas administrativas e de benefícios de funcionários, destaque para honorários de consultorias, manutenção dos sistemas corporativos, suporte técnico e renovação de licenças. **13. Obrigações trabalhistas e outras com pessoal:** a) Composição dos saldos:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Férias (i)	15.705	15.705
Plano de Cumprimento de Metas (PLR) (ii)	28.855	29.595
Incentivo de Longo Prazo (ILP) (i) (iii)	5.660	5.660
Outras	1.549	1.549
Circulante	**51.769**	**52.509**
Incentivo de Longo Prazo (ILP) (i) (iv)	7.684	7.684
Não circulante	**7.684**	**7.684**
Total	**59.453**	**60.193**

(i) As provisões de férias e ILP estão com encargos de INSS 26,5% FGTS 8%. (ii) O valor provisionado da PLR em 31/12/2022 considera a expectativa de atingimento de 100% das metas estabelecidas pela governança da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, acrescidas de um acelerador de 30%. (iii) O programa de ILP, que teve início em 2011 na controlada "CIP Associação" e foi continuado na controladora, estabelece que o valor a ser pago será corrigido pelo percentual definido em acordo coletivo de trabalho da categoria a qual a Companhia está vinculada, e varia de acordo com o desempenho da Companhia no período de três ou seis anos, período normal ou alongado respectivamente, contados do início de cada período aquisitivo; estabelece ainda que o resgate dos valores provisionados até a concessão 2015 podem ocorrer, a critério do beneficiário, em parcelas a partir do 4º ano (período normal), ou do 7º ano (período alongado). A partir da concessão de 2016, o resgate da 1ª parcela do valor provisionado referente ao período normal e período alongado devem ocorrer obrigatoriamente no 4º e 7º ano respectivamente. A partir da concessão de 2018, o período alongado foi extinto e o resgate do valor total provisionado referente ao período normal deve ocorrer obrigatoriamente no 4º ano. O valor classificado no circulante em 31/12/2022 representa a melhor estimativa do montante passível de resgate em abril de 2023. (iv) A provisão de ILP no não circulante representa o valor presente dos desembolsos estimados a serem efetuados por parte da Companhia em exercícios subsequentes, corrigidos anualmente pelas condições previstas no acordo coletivo de trabalho, considerando a probabilidade de que alguns integrantes do ILP não satisfaçam aos requisitos de aquisição de direito. Valores a provisionar em exercícios subsequentes na controladora R$ 5.711. b) Constituição, reversão e pagamento das provisões relativas PLR e ILP:

Controladora	Total	Nominal	INSS (ii)	FGTS (ii)	PIS (ii)
Circulante	22.412	16.654	4.229	1.332	197
Não Circulante	10.325	7.696	2.039	514	76
Total em 1° de março de 2022 (i)	**32.737**	**24.350**	**6.268**	**1.846**	**273**
Provisão	27.759	28.038	(3)	(3)	(273)
Pagamento	(18.297)	(13.488)	(3.730)	(1.079)	–
Total em 31 de dezembro de 2022	**42.199**	**38.900**	**2.535**	**764**	**–**
Circulante	**34.515**	**33.187**	**1.021**	**307**	**–**
Não Circulante	**7.684**	**5.713**	**1.514**	**457**	**–**

Consolidado	Total	Nominal	INSS (ii)	FGTS (ii)	PIS (ii)
Circulante	**23.204**	**17.237**	**4.386**	**1.379**	**202**
Não Circulante	**10.325**	**7.696**	**2.039**	**514**	**76**
Total em 1° de março de 2022 (i)	**33.529**	**24.933**	**6.425**	**1.893**	**278**
Provisão	27.707	28.001	(15)	(6)	(273)
Pagamento	(18.297)	(13.488)	(3.730)	(1.079)	–
Total em 31 de dezembro de 2022	**42.939**	**39.446**	**2.680**	**808**	**5**
Circulante	**35.255**	**33.732**	**1.167**	**351**	**5**
Não Circulante	**7.684**	**5.714**	**1.513**	**457**	**–**

(i) Os saldos iniciais em 1° de março de 2022 referem-se ao acervo incorporado da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP no processo de cisão parcial. (ii) As reversões nas provisões dos encargos devem-se à alteração da forma de pagamento de bônus para pagamento de participação nos lucros e resultados. c) Contingências:

Consolidado 31/12/2022	Quantidade	R$
Trabalhistas	**12**	**644**
Provável (i)	6	406
Possível (ii)	6	238
Cíveis	**7**	**289**
Provável (i)	1	2
Possível (ii)	6	287
Passivo Contingente	**19**	**933**

(i) As causas classificadas como provável são registradas no passivo contingente R$ 408, na esfera cível existem 1 ação relacionada à indenização por danos morais e antecipação de tutela; e na esfera trabalhista existem 6 ações movidas por ex-colaboradores e prestadores de serviços principalmente relacionadas ao pagamento de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, benefícios, danos morais entre outros. (ii) Passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos é avaliada como possível, na esfera cível trata-se de 6 ações relacionadas à ação revisional de parcelas, danos morais, pedido de tutela antecipada, ação de obrigação de fazer cumulada e ação de exibição de documentos; na esfera trabalhista existem 6 ações movidas por ex-colaboradores e prestadores de serviços principalmente relacionadas ao pagamento de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, benefícios, danos morais entre outros.

14. Dividendos:	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	319.624
(–) Destinação para reserva legal	(15.741)
(–) Destinação para reserva para desenvolvimento de controladas	(4.804)
Lucro ajustado	**299.079**
Dividendos Obrigatórios (25%)	**74.770**

15. Impostos, contribuições e encargos a recolher:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
ISS	4.000	4.102
COFINS	559	709
PIS	73	73
IRRF sobre folha de pagamento	2.838	2.838
INSS sobre folha de pagamento	3.194	3.194
FGTS sobre folha de pagamento	1.203	1.203
Imposto de renda sobre rendimento aplicação financeira (i)	398	479
Impostos retidos sobre serviços terceiros (ii)	1.187	1.189
Total circulante	**13.452**	**13.787**
Imposto de renda sobre rendimento aplicação financeira (i)	15.877	15.877
Total não circulante	**15.877**	**15.877**

(i) A provisão do imposto de renda sobre os rendimentos dos instrumentos financeiros é mensalmente atualizada na controlada "CIP Associação" e o saldo da controladora refere-se ao valor incorporado no processo de cisão parcial. (ii) Referem-se a valores a recolher de impostos retidos sobre serviços tomados (ISS, IRRF, PIS, COFINS, Contribuição Social). **16. Imposto de Renda e Contribuição Social: 16.1 Saldos tributos correntes sobre o lucro:**

Passivo	Consolidado 31/12/2022
Imposto de renda	12.194
Contribuição social	5.992
Total	**18.186**

16.2 Composição dos tributos diferidos:

Fato Gerador	Consolidado 31/12/2022 IRPJ/CSLL
Perdas estimadas em créditos a receber	3.123
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18
Provisão para participação de empregados	7.297
Outras provisões (i)	2.280
Ativo fiscal diferido	**12.718**
Passivo fiscal diferido	**–**
Total líquido	**12.718**
Ativo não circulante	12.718
Passivo não circulante	–
Total	**12.718**

(i) As provisões referem-se principalmente a valores de custos das operações e despesas administrativas.

16.3 Movimentação dos tributos diferidos líquidos:

	Consolidado 31/12/2022
Saldo em 1º/03/2022	**–**
Reconhecido no resultado	12.718
Reconhecido em outros resultados abrangentes	–
Ajustes de conversão	–
Saldo em 31/12/2022	**12.718**

16.4 Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	Consolidado 31/12/2022
Resultado antes do IR e CS	**485.357**
Alíquota fiscal combinada	**34%**
Despesa de tributos à alíquota nominal	**165.021**
Deduções, Adições e exclusões permanentes:	
Resultado de participações societárias	(1.633)
Participação de administradores	1.887
Direito de Uso	(98)
Incentivos fiscais (PAT)	(25)
Outras exclusões (adições)	605
Parcela isenta do adicional de 10%	(24)
IR e CS no resultado	**165.733**
Corrente	(178.451)
Diferido	12.718
Alíquota efetiva	**34,15%**

17. Empréstimos e Financiamentos:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Em 1° de março	**13.430**	**13.430**
Remensuração	1.735	1.735
Novos Contratos/ contratos encerrados (i)	(12.195)	(12.195)
Encargos	2.553	2.553
Contraprestação	(3.798)	(3.798)
Total	**1.725**	**1.725**
Circulante	**828**	**828**
Não circulante	**897**	**897**

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros atualizados de acordo com os índices ou taxas de correções contratuais projetados. O passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao ativo de direito de uso (imobilizado). Em 31/12/2022 o saldo do passivo de arrendamento era de R$ 1.725, o custo do ativo de direito de uso era R$ 4.624 com depreciação acumulada de R$ 2.899, a depreciação é calculada pelo método linear. (i) Em setembro de 2022 foi realizada a baixa do ativo de direito de uso relacionado ao escritório da Conceição, pois o contrato foi encerrado. **18. Patrimônio líquido: 18.1 Capital Social:** Em 31/12/2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia está composto por 51.751.476 ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal. A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital independente de reforma estatutária até o limite de R$ 48.000. O Conselho fixará condições de emissão, preço e prazo para integralização. De acordo com o artigo 18 do regulamento anexo à Circular do BACEN nº 3.057/01, a Companhia deverá manter um patrimônio líquido mínimo de R$ 40.000 por ser responsável pela operação de dois sistemas de liquidação de transferências interbancárias de fundos considerados não sistemicamente importantes, e de um sistema de liquidação de transações com ativos financeiros considerado sistemicamente importante pelo BACEN. Em 31/12/2022, o "Patrimônio líquido" era de R$ 2.260.318. A Lei nº 10.214/01 determinou e a Circular do BACEN nº 3.057/01 regulamentou a constituição de patrimônio especial para os sistemas considerados sistemicamente importantes, que são aqueles em que o volume ou a natureza dos negócios, a critério do BACEN, são capazes de oferecer risco à solidez e ao normal funcionamento do SFN. Esses recursos devem ser aplicados em títulos públicos federais, em valor mínimo inicial de R$ 10.000. Para melhor refletir o atendimento a essa determinação, a Companhia desdobrou seu capital social em duas rubricas: "Livre" e "Especial". De acordo com a referida legislação, complementada pela Circular do BACEN nº 3.641/13, os bens e direitos integrantes do patrimônio especial, bem como seus frutos e rendimentos, não se comunicarão com o patrimônio geral ou outros patrimônios especiais da Companhia, e não poderão ser utilizados para realizar ou garantir o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Companhia estranhas àquelas ao qual se vinculam, razão pela qual os rendimentos brutos dos títulos públicos que estão vinculados ao patrimônio especial são incorporados no "patrimônio líquido" na conta "reserva patrimônio especial" com recursos do resultado do exercício. Em 15/12/2022 foi deliberado em AGE o aumento de capital da Companhia mediante a conferência das cotas do patrimônio da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("CIP Associação"), associação sem fins lucrativos, no valor de R$ 14.145, passando de R$ 959.982 para R$ 974.128 com a emissão pela Companhia de 751.476 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando de 51.000.000 de ações para 51.751.476 ações. **18.2 Reservas de lucros:** a) Reserva legal: Conforme o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 40, item (a) do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. O saldo em 31/12/2022 é de R$ 15.741. b) Reserva do patrimônio especial: O resultado da mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (títulos de dívida) que estão vinculados ao patrimônio especial em 31/12/2022, no valor de R$ 2.574, será integralmente destinado para a conta de "Reserva patrimônio especial" com recursos do resultado do exercício". Em 1° de março de 2022 a Companhia incorporou R$ 352 ao saldo em decorrência do processo de cisão. O saldo da "Reserva do patrimônio especial" em 31/12/2022, no valor de R$ 2.926, será integralmente destinado para aumento do "Patrimônio social especial", conforme deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada em 14/04/2023. c) Reserva para cobertura de riscos operacionais: Destinada à assegurar a integridade operacional da Companhia e para cobrir riscos operacionais oriundos de falhas ocorridas na prestação de serviços, provocadas por erros, seja no processamento e/ou na devolução dos arquivos remetidos pelos participantes, na apuração, e mesmo na liquidação tempestiva, dos saldos multilaterais dos clientes, que ocasionem danos diretos aos clientes. Atualmente, a reserva para cobertura de riscos operacionais atende a todos os serviços da Companhia e é constituída em conformidade com: o artigo 51 do Regulamento Operacional - do SITRAF; o artigo 29 do Regulamento Operacional do SILOC; o artigo 30 do Regulamento Operacional do C3; e o artigo 40 do Estatuto Social da Companhia. O montante de R$ 8.001 mil. d) Reserva para fundo de risco IMF: Destina-se para implementar plano de recuperação ou saída ordenada do mercado. Estes recursos devem ser em valor equivalente a, no mínimo, 6 (seis) meses de despesas operacionais da Companhia relacionadas às atividades de IMF vigentes ao tempo da respectiva verificação ("Montante Mínimo do Fundo de Risco IMF"). Os recursos alocados ao Fundo de Risco IMF deverão permanecer investidos de forma conservadora, com liquidez imediata. O saldo em 31/12/2022 era de R$ 185.038. e) Reserva de retenção de lucros: Destinada para realização de investimentos e para compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento de suas atividades de suas controladas conforme artigo 40 do Estatuto Social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro era R$ 1.076.442. f) Reserva para investimento em Controladas: Destinada a registrar o resultado da Controlada "CIP Associação" que por ser entidade sem fins lucrativos não pode ter seu valor considerado como lucro da Companhia e por consequência não pode ser distribuído. O saldo em 31 de dezembro era R$ 4.804. **19. Partes relacionadas e remuneração dos administradores:** Os acionistas da Companhia são os principais clientes dos seus serviços prestados e, portanto, os saldos apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício são compostos, em sua grande maioria, por operações que possuem como contraparte os próprios acionistas. Os saldos de balanço e resultado relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações conforme condições contratuais e usuais de mercado, não havendo condições especiais nas transações com partes relacionadas. A base acionária da Companhia é bastante diversificada, demonstramos abaixo as partes relacionadas, seus saldos e transações, que satisfazem aos critérios de influência significativa (combinando participação relevante: (i) acionária; (ii) em faturamento; (iii) em prestação de serviços; e (iv) assento em Conselho de Administração), pessoas-chave da administração e empresa controlada. **19.1 Partes relacionadas:**

Partes relacionadas	
Itaú Unibanco S.A. | Itaú BBA S.A.	Acionista
Banco do Brasil S.A.	Acionista
Caixa Econômica Federal	Acionista
Banco Santander (Brasil) S.A.	Acionista
Bradesco Holding Investimentos S.A.	Acionista
Câmara Interbancária de Pagamentos CIP	Controlada

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 26A1-720D-77D8-132E.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 26A1-720D-77D8-132E.

★ continuação

19.2 Saldos com partes relacionadas:

Operações Ativo (Passivo)		
Prestação de serviços	108.259	Acionistas
Compartilhamento de custos/despesas	1.484	Controlada
Total	**109.743**	

19.3 Transações com partes relacionadas:

Natureza da receita (despesa)		
Prestação de serviços	723.286	Acionistas
Compartilhamento de custos/despesas	12.799	Controlada
Custos de processamento	(67.130)	Acionistas
Outras despesas	(140)	Acionistas
Total	**668.815**	

19.4 Saldos e transações com demais acionistas e ligadas dos acionistas:

Operações Ativo (Passivo)		
Prestação de serviços	31.829	Acionistas e ligadas
Total	**31.829**	
Natureza da receita (despesa)		
Prestação de serviços	215.058	Acionistas e ligadas
Total	**215.058**	

19.5 Acordo para rateio de custos e despesas: Em decorrência do processo de cisão parcial, certos ativos, passivos e contratos ainda permaneceram na controlada CIP Associação. Desta forma a Companhia e sua controlada realizarão o compartilhamento de custos e despesas das atividades compartilhadas. **19.6 Informações relevantes entre a Companhia e seus Administradores:** A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição. A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia e seus membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Os mandatos serão de dois anos. **19.6.1 Remuneração do Administradores;** De acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral, aprovar o montante global da remuneração anual dos administradores e ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos diretores bem como políticas corporativas relacionadas à remuneração de administradores.

	31/12/2022
Conselho de Administração	400
Diretoria Estatutária	11.211
Total	**11.611**

20. Receita liquida de serviços e contribuições: a) Prestação de serviços: A rubrica "Prestação de serviços" inclui basicamente as remunerações decorrentes da administração dos sistemas de liquidação e compensação (SITRAF, SILOC, C3 e SLC), de registro de boletos e apresentação eletrônica (PCR), Recebíveis de Arranjos de Pagamentos (R2C3), de portabilidade de contratos entre IFs (CTC), de controle de consignações (SCC), de portabilidade de salário (PCPS), de transporte de dados (PCPO), e demais serviços.

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
PCR	413.468	413.468
R2C3 Interoperabilidade	234.149	234.149
R2C3 Borda	53.392	53.392
SILOC Processamento	134.470	134.470
CTC	74.912	74.912
C3	37.086	37.086
PCPO	34.841	34.841
SLC	28.178	28.178
SITRAF	27.319	27.319
PCPS	21.723	21.723
SCC	–	10.443
Monetização de Dados	10.024	10.024
Open Banking	7.239	7.239
PSTI (Prestador de Serviço de Tecnologia)	5.551	5.551
SRCC	4.322	4.322
CQL	2.565	2.565
MCB	2.281	2.281
Outros	998	998
Receita Bruta	**1.092.518**	**1.102.961**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da CIP S.A.

(–) Impostos sobre a receita bruta:	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
ISS	36.466	36.768
COFINS	83.031	83.825
PIS	18.979	18.979
Receita Líquida	**954.042**	**963.389**

b) Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados é composto principalmente de custos variáveis e fixos de processamento dos sistemas da Companhia realizados por terceiros, dos custos com amortização e depreciação dos investimentos realizados para desenvolvimento dos sistemas e aquisição de equipamentos, dos gastos com pessoal diretamente ligados na prestação dos serviços e outros gastos diretamente atribuíveis aos serviços. Os Custos variáveis são processamentos associados aos serviços R2C3, SITRAF, SILOC, C3 e Antifraude. Os custos fixos são associados principalmente aos serviços R2C3, PCR, C3, SITRAF, SILOC, SCC, SLC, PCPO, Open Banking e outros custos associados a todos os serviços prestados. **21. Outras informações:** a) As "Despesas com pessoal" são compostas por gastos com salários, PLR, bonificações, encargos sociais, previdência privada e demais benefícios. b) As "Despesas administrativas" são compostas por gastos com:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Instalações (i)	1.510	1.586
Prestadores de serviços (ii)	71.646	72.802
Seguros, Viagens e Treinamentos (iii)	2.960	3.036
Patrocínio a seminários e eventos (iv)	7.343	7.490
Materiais e serviços administrativos de suporte	1.582	1.588
Multas Contratuais	924	933
Perdas esperadas em créditos a receber	9.177	9.177
Outros (v)	22.297	22.119
Total	**117.439**	**118.731**

(i) Referem-se as despesas com aluguel e condomínio no montante de R$ (108) (consolidado - R$ (40), despesas com links de internet e telefone R$ 1.233 (consolidado - R$ 1.237), manutenção das instalações de R$ 298 (consolidado - R$ 302) e despesas com energia elétrica e água esgoto no montante de R$ 87 (consolidado - R$ 87); (ii) Referem-se as despesas com prestadores de serviços no montante de R$ 25.605 (consolidado - R$ 26.381), serviços de vigilância, recepção R$ 1.507 (consolidado - R$ 1.529) e manutenção de software e hardware no montante de R$ 44.534 (consolidado - R$ 44.892); (iii) Referem-se as despesas com capacitações de funcionários no montante de R$ 1.811 (consolidado - R$ 1.838) e viagens e estadias R$ 700 (consolidado - R$ 731); renovação de seguros R$ 449 (consolidado - R$ 467); (iv) Referem-se principalmente a comunicação, seminários, eventos e assinaturas no montante de R$ 7.343 (consolidado - R$ 7.490); (v) Referem-se principalmente à baixa de ativos intangíveis e imobilizado e receitas com bonificações. c) As "Despesas tributárias" referem-se substancialmente ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos dos instrumentos financeiros (títulos de dívida), registrados pelo regime de competência, que totalizaram R$ 968 (consolidado - R$ 1.065). Outras despesas tributárias (IPTU, taxas, entre outras) totalizaram R$ 180 (consolidado - R$ 180). d) O resultado de equivalência patrimonial em 31/12/2022 totalizou R$ 4.804.

22. Resultado financeiro:	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Juros com aplicações financeiras (i)	181.661	182.138
Outras receitas financeiras (ii)	6.524	6.524
Receitas financeiras	**188.185**	**188.662**
Juros com empréstimos e financiamentos	207	207
Descontos concedidos	2.208	2.208
Variação no valor justo de passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado	3	3
Outras despesas financeiras	1.618	1.619
Despesas financeiras	**4.036**	**4.037**
Resultado financeiro	**184.149**	**184.625**

(i) Receita de juros com aplicações dos instrumentos financeiros (títulos de dívida). (ii) Juros e variação cambial. **23. Seguros:** (a) Os bens do ativo imobilizado e outros riscos (danos morais, aluguel, lucros cessantes e responsabilidade civil) encontram-se segurados, principalmente contra incêndio, danos elétricos e curto-circuito, roubo e interrupção de atividades, em montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas. Em 06/10/2022, a Companhia renovou o seguro dos bens do ativo imobilizado, com importância total segurada de R$ 25.250 compreendendo os dois endereços empresariais; (b) Em 01/03/2022, a Companhia renovou o seguro de Responsabilidade Civil para os Executivos e Administradores (D&O), com importância segurada de R$ 50.000; (c) Em 06/10/2022, a Companhia renovou o seguro de Riscos e Fraudes Diversos, com a importância segurada de R$ 10.000; e (d) Em 06/10/2022, a Companhia renovou o seguro de Riscos Cibernéticos com a importância segurada de R$ 20.000. **24. Gerenciamento de riscos:** Para garantir maior eficiência na gestão de riscos e de controles, a Companhia adota o modelo referenciado como agente de defesa, segregado em três linhas, onde cada uma delas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança, possuindo suficiente autoridade, independência, recursos e acesso ao Conselho de Administração. a) Riscos operacionais: O ciclo da gestão de riscos na Companhia aplica-se ao processo de identificação, avaliação, mensuração, resposta, comunicação e monitoramento dos diferentes riscos inerentes ao negócio, sendo estas etapas ciclicamente realizadas utilizando uma ferramenta integrada de riscos e controles internos. Dentre os riscos monitorados na Companhia destacam-se os riscos relacionados à sua condução estratégica; às falhas tecnológicas e manuais que podem impactar o funcionamento e a disponibilidade das soluções e serviços da Companhia; à ataques cibernéticos e/ou vazamento de informações (cyber) e à condução de práticas socioambientais e de governança. Em relação ao risco de ataques cibernéticos e/ou vazamento de informações (cyber), a Companhia possui processos e uma atuação robusta, com base em boas práticas e frameworks, como parte de sua gestão de riscos, bem como também é certificada na ISO 27001 como referência internacional para Segurança da Informação. Este esforço da Companhia objetiva a excelência nos serviços prestados a seus participantes e no zelo pela segurança, integridade, disponibilidade e confidencialidade da informação. A gestão de riscos na Companhia está alinhada com às boas práticas do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e de outros frameworks, visando identificar os principais eventos suscetíveis a riscos, os controles associados aos objetivos e as conformidades. A Companhia possui ainda um fundo de risco exclusivo para cobrir eventuais perdas financeiras oriundas de materializações de eventos de riscos que podem impactar a prestação dos serviços relacionados à IMF. O Fundo de Risco IMF é um fundo estatutário que mantem saldo suficiente para cobrir o cenário de risco mais catastrófico identificado na elaboração do Plano de Recuperação, Capitalização e Saída Ordenada da Companhia. b) Riscos financeiros - instrumentos financeiros: i) *Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:* A Companhia opera com instrumentos financeiros que compreendem TVMs (Títulos e Valores Mobiliários), debêntures, valores a receber de participantes e contas a pagar a fornecedores. Os valores dos instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata e considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Em 31/12/2022 a Companhia não possuía operações com derivativos. ii) *Políticas de gestão de riscos financeiros:* Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, a política de gestão de riscos financeiros da Companhia restringe os investimentos dos recursos financeiros a títulos públicos federais com rentabilidade pós fixada, que acompanham as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários CDI, conforme nota explicativa 5. iii) *Risco de crédito:* A Companhia possui uma administração de risco de crédito robusta. A Liquidação no âmbito da C3 Registradora é feita pelo valor bruto, em moeda do Banco Central, e a transferência da titularidade dos ativos negociados para serem cedidos só são entregues contra o pagamento no valor exato negociado. Com este modelo de liquidação bruta em moeda do Banco Central, a C3 Registradora não tem a necessidade de solicitar colaterais dos clientes para garantir as operações realizadas com ativos. Para cessões "sem liquidação na C3 Registradora", os clientes assumem o risco da operação. Desta forma, a C3 Registradora não traz risco de crédito para a Companhia. O modelo adotado para o Sistema de Transferência de Fundos (SITRAF), de autorizar as TED's somente se os bancos tiverem saldos nas suas respectivas contas no SITRAF, não traz a possibilidade de haver saldo negativo nestas contas, não expondo a Companhia ao risco de crédito nessa solução. Da mesma forma, o modelo da liquidação multilateral adotado pelo Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (SILOC) e, na existência de inadimplência de cliente há o recálculo das posições multilaterais com a emissão de nova solicitação de depósitos, se necessário, também não expõe a Companhia ao risco de crédito. Com relação aos créditos oriundos do relacionamento comercial da Companhia com seus clientes, a política que suporta o tema considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A sua carteira de recebíveis está concentrada, em sua quase totalidade, por participantes que integram o grupo de acionistas da Companhia, com prazo de recebimento inferior a 30 dias, conforme nota explicativa 6. No que diz respeito aos TVMs, o risco de crédito é limitado ao risco-país, uma vez que a composição da carteira de investimentos é restrita a títulos públicos federais. iv) *Risco de liquidez:* O risco de liquidez é oriundo da falta de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos ou de ausência de mercado para negociação dos títulos que compõem a carteira de investimentos da Companhia. Para mitigar o risco de descasamento, a Companhia mantém seus recursos financeiros no Fundo Exclusivo com possibilidade de resgate diário. Para mitigar o risco de ausência de mercado, a Companhia investe em títulos públicos federais pós fixados. (v) *Risco de mercado:* O risco de mercado, oriundo da possibilidade de perdas financeiras devido a variações nas taxas de juros e suas respectivas volatilidades implícitas, é mitigado pela adoção de uma política de investimento com rentabilidade pós fixada, que visa acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários CDI. **25. ASG (Ambiental, Social e Governança):** A Companhia trabalha com um conjunto de ações com o objetivo de atuar de maneira consciente, alinhada com o meio ambiente e a sociedade em que está inserida. Existe a preocupação em apoiar e fomentar iniciativas no desenvolvimento pessoal e profissional no âmbito da diversidade e inclusão e o compromisso com a sustentabilidade com a conservação dos recursos naturais e com a redução no impacto ambiental e social, buscando assim desenvolver um modelo de gestão sustentável. a) Ambiental: A Companhia tem a preocupação de como utiliza os recursos naturais e como pode minimizar em suas atividades o consumo energético, impactos ambientais e desperdícios e espera reduzir os impactos socioambientais durante a realização das atividades, como por exemplo, a geração de lixo, descarte de resíduos e consumo de recursos naturais. b) Social: O respeito à diversidade está entre os seus valores e a Companhia trabalha para proporcionar ambientes inclusivo para todos com igualdade de acesso e oportunidades sem distinção. A Companhia busca atrair, manter e desenvolver constantemente os profissionais, valorizando a diversidade de experiencias e conhecimentos, com estímulos à evolução pessoal e profissional e assegura que cada pessoa seja respeitada e tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial como profissional, independente das diferenças culturais, ideológicas, gênero, etnia, religião, cor, orientação sexual ou qualquer outra condição. c) Governança: Sendo regida por seus estatuto e regimentos internos e alicerçada em sua filosofia organizacional, a Companhia defende o cumprimento das melhores práticas de governança corporativa, bem como o atendimento a todas as leis, regras e regulamentos aplicáveis aos seus negócios e às questões trabalhistas. Em 2022 a Companhia formatou e desenvolveu diversas ações voltadas ao cumprimento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), mesmo ainda não integrando o Pacto Global da ONU no Brasil: (i) Censo interno de diversidade; (ii) Trilhas de aprendizagem e conscientização; (iii) Palestra sobre racismo estrutural; (iv) Mulheres em Dev; (v) Programa de estágio Empregue Afro; (vi) Revitalização do Programa PCD; (vii) Ser+Tech; (viii) Criação de grupos de afinidade (gênero, racial, LGBTQIA+ e PCD); (ix) Elaboração de política de diversidade, equidade e inclusão; (x) Jornada de sustentabilidade. **26. Evento subsequente:** Em 27/02/2023, realizou-se uma AGE que aprovou a incorporação da totalidade das ações da CRT4 S.A.,o que vai torná-la, assim, uma subsidiária integral da Companhia, após aprovação dos órgãos reguladores (Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários).

Diretoria

Flabia Helena Schiavon - Superintendente Administrativo Financeiro

Contador

Sidney Souza França - Coordenador de Controladoria - CRC-1SP293466/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **CIP S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CIP S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos a evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP - 034519/O
Kátia Sayuri T. Kam
Contadora - CRC-1SP272354/O

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 26A1-720D-77D8-132E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 26A1-720D-77D8-132E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/26A1-720D-77D8-132E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 26A1-720D-77D8-132E

Hash do Documento

2FB3F4A4ADDD2D49F532433B983C5CD3069462547AEEDA9100050A3CBE73A99B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2023 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 17/03/2023 04:33 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

RS Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.662.545/0001-48

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 16 de março de 2023.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	116	8.953
Aplicações financeiras	6	15.763	12.688
Tributos a recuperar	7	6.618	11.928
Juros sobre capital próprio a receber		17.908	-
Total do ativo circulante		40.405	33.569
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	24.560	18.979
Tributos a recuperar	7	12.605	-
Investimentos	9	1.290.664	1.248.599
Total do ativo não circulante		1.327.829	1.267.578
Total do ativo		1.368.234	1.301.147

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Debêntures	10	46.610	53.210
Impostos e contribuições a recolher		1.974	1.044
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		25.442	-
Outras contas a pagar		2	-
Total do passivo circulante		74.028	54.254
Não circulante			
Debêntures	10	500.049	533.588
IR e CS diferidos	8b	2.825	3.546
Total do passivo não circulante		502.874	537.134
Patrimônio líquido			
Capital social	11a	585.899	585.899
Reserva de lucros	11c	205.433	123.860
Total do patrimônio líquido		791.332	709.759
Total do passivo e patrimônio líquido		1.368.234	1.301.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(374)	(356)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1)	(1)
Editais e publicações		(9)	(13)
Despesas legais e judiciais		(12)	(41)
Outros		(1)	3
		(397)	(408)
Resultado de equivalência patrimonial	9	188.030	177.468
Resultado antes do resultado financeiro		187.633	177.060
Resultado financeiro	12	(81.228)	(41.561)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		106.405	135.499
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	721	524
Lucro líquido do exercício		107.126	136.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	107.126	136.023
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	107.126	136.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	107.126	136.023
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(721)	(591)
Juros e variação monetária sobre debêntures	79.375	38.096
Equivalência patrimonial	(188.030)	(177.468)
Rendimento de aplicação financeira	(1.994)	1.057
	(4.244)	**(2.883)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Tributos a recuperar	4.742	(4.801)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	116.020	136.087
Aumento (redução) dos passivos		
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	819	(3.306)
Outras contas a pagar	2	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**117.339**	**125.097**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(1.081)	28.990
Aplicações (conta reserva) líquidas de resgate	(5.581)	(6.608)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	**(6.662)**	**22.382**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Pagamento de principal	(45.500)	(56.000)
Pagamento de juros	(74.014)	(30.759)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(51.838)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(119.514)**	**(138.597)**
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	**(8.837)**	**8.882**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.953	71
No final do exercício	116	8.953
	(8.837)	**8.882**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2021		585.899	4.794	32.697	2.184	-	625.574
Distribuições de dividendos em 23 de abril de 2021		-	-	(1.316)	(2.184)	-	(3.500)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	136.023	136.023
Destinações:							
Reserva legal		-	6.801	-	-	(6.801)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de novembro de 2021		-	-	-	-	(32.588)	(32.588)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (líquido)		-	-	-	-	(13.387)	(13.387)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (IRRF)		-	-	-	-	(2.363)	(2.363)
Reserva de retenção de lucros		-	-	80.884	-	(80.884)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		585.899	11.595	112.265	-	-	709.759
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	107.126	107.126
Destinações:							
Reserva legal	11b	-	5.356	-	-	(5.356)	-
Juros sobre o capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)	11e	-	-	-	-	(629)	(629)
Juros sobre o capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)	11e	-	-	-	-	(111)	(111)
Dividendo mínimo obrigatório	11d	-	-	-	-	(24.813)	(24.813)
Reserva de retenção de lucros	11c	-	-	76.216	-	(76.216)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		585.899	16.951	188.481	-	-	791.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia RS Holding e Participações S.A (“Companhia”) foi constituída em 26 de novembro de 2019, como uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, domiciliada na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 4° andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é acionista direta com participação 100% da seguinte Companhia: **CCR ViaSul (ViaSul):** Em 21 de novembro de 2018, foi constituída a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul (ViaSul), a qual é responsável pela operação e manutenção de 473,4 km de rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul a partir de 11 de janeiro de 2019, data de assinatura do contrato de concessão. O prazo de concessão vai até 14 de fevereiro de 2049. Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da ViaSul. Não há remuneração da Administração, pois os administradores da Companhia são os mesmos da investida, a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - (ViaSul).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 16 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas na nota explicativa 13 - Instrumentos financeiros.

3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no exercício apresentado nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em Controlada. • Controlada: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. ***b) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controladora CCR a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***d) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras podem compreender as taxas, comissões e outras despesas financeiras, as quais são registradas através do resultado do exercício. ***e) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***f) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras fincas em 31 de dezembro de 2022: • **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. • **Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15:** As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC 15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. ***g) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de taxas de juros e inflação; e b) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia aos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações das taxas de juros nas aplicações financeiras, que são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10 e 13. **b) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	35.000	35.000	42.000	56.000	339.500

(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 21.914 substancialmente composto por debêntures a pagar e dividendos a pagar, detalhado na nota explicativa n.º10. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	13	8.850
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	103	103
Total - Caixa e equivalentes de caixa	116	8.953

	2022	2021
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	15.763	12.688
Total - Circulante	15.763	12.688
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	24.560	18.979
Total - Não circulante	24.560	18.979
Total - Aplicações financeiras	40.323	31.667

(a) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa n.º 10). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,58% do CDI, equivalente a 12,63% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (100,50% do CDI, equivalente a 4,42% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Tributos a recuperar

	2022	2021
Circulante		
IRPJ	6.195	3.132
IRRF	423	8.796
Total circulante	6.618	11.928
Não circulante		
IRPJ e CSLL	12.605	-
Total não circulante	12.605	-

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	106.405	135.499
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(36.178)	(46.070)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	63.930	60.339
Juros sobre capital próprio	(27.031)	(13.824)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	-	53
Outros ajustes tributários	-	26
Despesa de imposto de renda e contribuição social	721	524
Impostos correntes	-	(67)
Impostos diferidos	721	591
	721	524
Alíquota efetiva de impostos	0,68%	0,39%

(a) Diferenças temporárias não constituídas por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. **b. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Saldo em 2022	2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	16	189	205	205	-
Custo de transação de debêntures	(3.562)	532	(3.030)	-	(3.030)
Impostos passivos antes da compensação	(3.546)	721	(2.825)	205	(3.030)
Compensação de imposto	-	-	-	(205)	205
Imposto diferido líquido passivo	(3.546)	721	(2.825)	-	(2.825)

Saldo em 2021	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	-	16	16	16	-
Custo de transação de debêntures	(4.137)	575	(3.562)	-	(3.562)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.137)	591	(3.546)	16	(3.562)
Compensação de imposto	-	-	-	(16)	16
Imposto diferido líquido ativo passivo	(4.137)	591	(3.546)	-	(3.546)

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2022
2023	149
2024	56
	205

9. Investimentos

a. Investimentos em controlada

Controlada	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação 2022	Percentual de participação 2021
ViaSul	Concessão rodoviária	Brasil (RS)	100%	100%

b. Composição dos investimentos

	Patrimônio líquido 2022	Patrimônio líquido 2021	Investimentos 2022	Investimentos 2021	Resultado líquido do exercício da investida 2022	Resultado líquido do exercício da investida 2021	Resultado de equivalência patrimonial 2022	Resultado de equivalência patrimonial 2021
ViaSul	1.290.664	1.248.599	1.290.664	1.248.599	188.030	177.468	188.030	177.468

c. Movimentação dos investimentos

	Saldo inicial 2021	Resultado de equivalência patrimonial 2022	Dividendos e juros sobre o capital próprio 2022	Saldo final
ViaSul	1.248.599	188.030	(145.965)	1.290.664

d. Informações financeiras resumidas da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (“ViaSul”)

	2022: Total do ativo	2022: Total do passivo circulante e não circulante	2022: Total das receitas brutas do exercício	2022: Lucro líquido do exercício	2021: Total do ativo	2021: Total do passivo circulante e não circulante	2021: Total das receitas brutas do exercício	2021: Lucro líquido do exercício
ViaSul	1.621.164	330.500	903.069	188.030	1.342.092	93.492	708.850	177.468

10. Debêntures

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorrido	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	14.017	8.911	Outubro de 2031	546.659	586.798 (b)
Total geral				8.911		546.659	586.798
Circulante							
Debêntures						48.070	54.772
Custos de transação						(1.460)	(1.562)
						46.610	53.210
Não Circulante							
Debêntures						507.500	542.500
Custos de transação						(7.451)	(8.912)
						500.049	533.588

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e **Garantia:** (b) Garantia real.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2022
2024	35.000
2025	35.000
2026	42.000
2027	56.000
2028 em diante	339.500
(-) Custo de transação	(7.451)
	500.049

Conforme cláusula quarta do contrato firmado das debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo aplicado totaliza R$ 24.560. Em dezembro de 2022, houve o não atingimento de 1,3 de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e que não implica em inadimplemento, mas impõe restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, redução de capital até que o índice retorne ao patamar mínimo de 1,3.

11. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 585.899, composto por 585.898.993 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. Contudo a lei permite deixar de constituir a reserva legal no exercício, em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	107.126
(-) Constituição de reserva legal	(5.356)
Lucro líquido ajustado	101.770
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado	25.442
Juros sobre capital próprio pagos (líquido de IRRF)	629
Dividendos intermediários pagos	-
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	629
Dividendos pagos excedente ao mínimo obrigatório	(24.813)

e. Juros sobre capital próprio: Em 12 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao lucro do próprio exercício, no valor bruto de R$ 740, correspondentes a R$ 1,26301633702 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15% correspondente a R$ 111, o montante líquido é de R$ 629, correspondentes a R$ 1,07356388646 por ação, a serem pagos quando oportuno.

12. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(79.375)	(38.096)
PIS e COFINS sobre juros sobre capital próprio	(7.423)	(5.233)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(124)	(3)
	(86.922)	(43.332)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.514	1.446
Juros e outras receitas financeiras	1.180	325
	5.694	1.771
Resultado financeiro líquido	(81.228)	(41.561)

13. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. **Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos	Nível	2022	2021
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	13	8.850
Aplicações financeiras	Nível 2	15.866	12.791
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	24.560	18.979
		40.439	40.620
Passivos			
Custo amortizado			
Debêntures (a)	Nível 2	(546.659)	(586.798)
Outras contas a pagar		(2)	-
		(546.661)	(586.798)
		(506.222)	(546.178)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo (nível 2), o saldo apurado seria o seguinte:

	2022: Valor contábil	2022: Valor justo	2021: Valor contábil	2021: Valor justo
Debêntures (a)	555.570	588.604	597.272	636.885

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R$ [3][4]	Efeito em R$ no resultado: Cenário provável	Efeito em R$ no resultado: Cenário A 25%	Efeito em R$ no resultado: Cenário B 50%
CDI [2]	555.570	(83.855)	(102.745)	(121.627)
Efeito sobre debêntures		(83.855)	(102.745)	(121.627)
CDI [2]	40.426	3.353	3.353	4.984
Efeito sobre as aplicações financeiras		3.353	3.353	4.984
Total do efeito de ganho/(perda)		(80.502)	(99.393)	(116.644)
A taxa de juros considerada foi [1]:				
CDI [2]		13,6500%	17,0600%	20,4700%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

14. Demonstrações dos fluxos de caixa: a. As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Tributos a recuperar	12.037	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(12.037)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	-

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Total
Saldo inicial	(586.798)	(586.798)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	119.514	119.514
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	119.514	119.514
Outras variações		
Despesas com juros	(79.375)	(79.375)
Total das outras variações	(79.375)	(79.375)
Saldo final	(546.659)	(546.659)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **RS Holding e Participações S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RS Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão aos investimentos em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial:** Veja a Nota 1 e 9 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme mencionado na nota explicativa n° 1 e nº 9 a Companhia detém participação na Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. que atua no segmento de concessões rodoviárias de Porto Alegre, avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Essa controlada, em 31 de dezembro de 2022, reconheceu o montante de R$ 429.330 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A controlada exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela controlada para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria na investida incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal
Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8C2E-FBB7-0DDA-E9E3.
Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8C2E-FBB7-0DDA-E9E3.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8C2E-FBB7-0DDA-E9E3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8C2E-FBB7-0DDA-E9E3

Hash do Documento

53773C41FF2851443C46E85CBDCC2B68064F59DD515CD16F434FC94FFA8623A3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 17/03/2023 04:34 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Ecopark S/A

CNPJ 09.425.776/0001-28

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Circulante			**Circulante**		
Disponibilidades			Fornecedores	160.000	160.000
Caixa	40	40	Obrigações Fiscias	–	218
Bancos conta Movimento	14.552	67.881	**Total do Circulante**	**160.000**	**160.218**
Créditos			**Não Circulante**		
Adiantamentos	20.000	20.000	**Total não Circulante**	–	–
Impostos a Recuperar	525	431	**Patrimônio Líquido**		
Estoque			**Capital**		
Terrenos a comercializar	4.520.934	4.741.083	Capital Social	5.906.201	5.906.201
Total do Circulante	**4.556.051**	**4.829.435**	**Reservas**		
Não Circulante			Reserva de Capital	1.458.721	1.458.721
Créditos e Valores			**AFAC**		
Depósito Judicial	39.545	9.829	Adto. p/Futuro Aumento de Capital	50.000	–
Ativo Permanente			**Resultados Acumulados**		
Investimentos	266.767	–	Prejuízos Acumulados	(2.712.560)	(2.685.877)
Total do Não Circulante	**306.311**	**9.829**	**Total do Patrimônio Líquido**	**4.702.362**	**4.679.045**
Total Ativo	**4.862.363**	**4.839.263**	**Total Passivo**	**4.862.363**	**4.839.263**

Demonstração do Resultado findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
(=) Resultado Líquido	–	–
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(9.881)	(34.967)
Despesas Tributárias	(5.940)	(6.529)
Total Despesas/Receitas operacionais	**(15.821)**	**(41.497)**
Despesas e Receitas Financeiras	2.746	1.157
(=) Resultado Operacional	**(13.075)**	**(40.340)**
Equivalência Patrimonial	(12.706)	–
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(25.781)**	**(40.340)**
(-) Imposto de Renda	(564)	(396)
(-) Contribuição Social	(338)	(238)
(=) Resultado líquido do exercício	**(26.683)**	**(40.974)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Histórico	Capital	Reserva de Capital	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	**5.621.589**	**1.458.721**	**284.613**	**(2.644.903)**	**4.720.020**
Integralização de Capital	284.612	–	(284.612)	–	–
Resultado do Período	–	–	–	(40.974)	(40.974)
Saldo em 31/12/2019	**5.906.201**	**1.458.721**	**–**	**(2.685.877)**	**4.679.046**
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	–	–	50.000	–	50.000
Resultado do Período	–	–	–	(26.683)	(26.683)
Saldo em 31/12/2020	**5.906.201**	**1.458.721**	**50.000**	**(2.712.560)**	**4.702.363**

Demonstração do Fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Descrição	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(26.683)**	**(40.974)**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência Patrimonial	12.706	–
	12.706	**–**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) redução no ativo		
Estoque	220.149	(41.991)
Tributos a compensar	(94)	(82)
Depósito Judicial	(29.716)	(9.829)
Aumento (redução) no passivo		
Obrigações tributárias	(218)	145
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	**190.121**	**(51.757)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento em Invest. realizados	(279.472)	–
(=) Caixa líq.das atividades de investimentos	**(279.472)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimentos p/Integralização de Capital/AFAC	50.000	–
(=)Caixa líq.das atividades de financiamentos	**50.000**	**–**
(=) Aum./(red.)líquido de caixa	**(53.329)**	**(92.731)**
Caixa no início do período	67.920	160.652
Caixa no final do período	14.592	67.920
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**(53.329)**	**(92.731)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto promover a realização de empreendimentos em imóveis localizados na região de Viracopos, Campinas- SP, por incorporação, loteamento, desmembramento ou qualquer outra forma de aproveitamento comercial. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. **2. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. **(b) Ativos e passivos circulantes:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridos. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias incorridas. **3. Capital Social: (a**) O Capital Social da companhia **são** R$ 5.906.201,10 (cinco milhões novecentos e seis mil, duzentos e um reais e dez centavos), dividido em 3.974.743 (três milhões, novecentas e setenta e quatro mil, setecentas e quarenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **São Paulo, 31 de janeiro de 2021. João Luiz Miele -** Diretor Presidente; **Michelle Alves Gonçalves -** CRC SP 237.102/O-2.

Ecopark S/A

CNPJ 09.425.776/0001-28

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Circulante			**Circulante**		
Disponibilidades			Fornecedores	70.980	160.000
Caixa	40	40	Obrigações Fiscias	5	–
Bancos conta Movimento	125.136	14.552	**Total do Circulante**	**70.985**	**160.000**
Créditos			**Não Circulante**		
Adiantamentos	–	20.000	**Total não Circulante**	–	–
Impostos a Recuperar	541	525	**Patrimônio Líquido**		
Estoque			**Capital**		
Terrenos a comercializar	4.520.934	4.520.934	Capital Social	5.906.201	5.906.201
Total do Circulante	**4.646.651**	**4.556.051**	**Reservas**		
Não Circulante			Reserva de Capital	1.458.721	1.458.721
Créditos e Valores			**AFAC**		
Depósito Judicial	39.545	39.545	Adto. p/Futuro Aumento de Capital	487.071	50.000
Ativo Permanente			**Resultados Acumulados**		
Investimentos	381.364	266.767	Prejuízos Acumulados	(2.855.418)	(2.712.560)
Total do Não Circulante	**420.909**	**306.311**	**Total do Patrimônio Líquido**	**4.996.575**	**4.702.362**
Total Ativo	**5.067.560**	**4.862.363**	**Total Passivo**	**5.067.560**	**4.862.363**

Demonstração do Resultado findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
(=) Resultado Líquido	–	–
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(26.676)	(9.881)
Despesas Tributárias	(8.461)	(5.940)
Total Despesas/Receitas operacionais	(35.137)	(15.821)
Despesas e Receitas Financeiras	(776)	2.746
(=) Resultado Operacional	**(35.913)**	**(13.075)**
Equivalência Patrimonial	(106.890)	(12.706)
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(142.803)**	**(25.781)**
(-) Imposto de Renda	(34)	(564)
(-) Contribuição Social	(21)	(338)
(=) Resultado líquido do exercício	**(142.858)**	**(26.683)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Histórico	Capital	Reserva de Capital	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**5.906.201**	**1.458.721**	**–**	**(2.685.877)**	**4.679.046**
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	–	–	50.000	–	50.000
Resultado do Período	–	–	–	(26.683)	(26.683)
Saldo em 31/12/2020	**5.906.201**	**1.458.721**	**50.000**	**(2.712.560)**	**4.702.363**
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	–	–	437.071	–	437.071
Resultado do Período	–	–	–	(142.858)	(142.858)
Saldo em 31/12/2021	**5.906.201**	**1.458.721**	**487.071**	**(2.855.418)**	**4.996.575**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	2021	2020
Prejuízo do exercício	**(142.858)**	**(26.683)**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	–	–
Equivalência Patrimonial	106.890	12.706
	106.890	**12.706**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) redução no ativo		
Adto de Fornecedores	20.000	–
Estoque	–	220.149
Tributos a compensar	(16)	(94)
Depósito Judicial	–	(29.716)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(89.020)	–
Obrigações tributárias	5	(218)
Salarios, férias e encargos sociais	–	–
(=)Caixa líquido das atividades operacionais	**(69.031)**	**190.121**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento em Investimentos realizados	(221.488)	(279.472)
(=)Caixa líq.das atividades de investimentos	**(221.488)**	**(279.472)**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
Recebimentos p/Integralização de Capital/AFAC	437.071	50.000
(=)Caixa líq.das atividades de financiamentos	**437.071**	**50.000**
(=) Aumento / (redução) líquido de caixa	**110.584**	**(53.329)**
Caixa no início do período	14.592	67.920
Caixa no final do período	125.176	14.592
(=) Aumento / (redução) líquido de caixa	**110.584**	**(53.329)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto promover a realização de empreendimentos em imóveis localizados na região de Viracopos, Campinas- SP, por incorporação, loteamento, desmembramento ou qualquer outra forma de aproveitamento comercial. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. **2. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. **(b) Ativos e passivos circulantes:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridos. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias incorridas. **3. Capital Social: (a**) O Capital Social da companhia **são** R$ 5.906.201,10 (cinco milhões novecentos e seis mil, duzentos e um reais e dez centavos), dividido em 3.974.743 (três milhões, novecentas e setenta e quatro mil, setecentas e quarenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **São Paulo, 31 de janeiro de 2022. João Luiz Miele -** Diretor Presidente; **Michelle Alves Gonçalves -** CRC SP 237.102/O-2.

Ecopark S/A

CNPJ 09.425.776/0001-28

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Disponibilidades			Fornecedores	71.179	70.980
Caixa	40	40	Obrigações Fiscias	100	5
Bancos conta Movimento	11.480	125.136	Total do Circulante	71.278	70.985
Créditos			**Não Circulante**		
Impostos a Recuperar	650	541	**Total não Circulante**	**0**	**0**
Estoque			**Patrimônio Líquido**		
Terrenos a comercializar	4.520.934	4.520.934	**Capital**		
Total do Circulante	**4.533.104**	**4.646.651**	Capital Social	5.906.201	5.906.201
Não Circulante			**Reservas**		
Créditos e Valores			Reserva de Capital	1.458.721	1.458.721
Depósito Judicial	39.545	39.545	**AFAC**		
Ativo Permanente			Adto. p/Futuro Aumento de Capital	1.193.743	487.071
Investimentos	982.121	381.364	**Resultados Acumulados**		
Total do Não Circulante	**1.021.666**	**420.909**	Prejuízos Acumulados	(3.075.073)	(2.855.418)
Total Ativo	**5.554.770**	**5.067.560**	**Total do Patrimônio Líquido**	**5.483.592**	**4.996.575**
			Total Passivo	**5.554.870**	**5.067.560**

Demonstração do Resultado findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
(=) Resultado Líquido	**0**	**0**
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(79.692)	(26.676)
Despesas Tributárias	(8.720)	(8.461)
Total Despesas/Receitas operacionais	**(88.411)**	**(35.137)**
Despesas e Receitas Financeiras	553	(776)
(=) Resultado Operacional	**(87.858)**	**(35.913)**
Equivalência Patrimonial	(131.432)	(106.890)
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(219.290)**	**(142.803)**
(-) Imposto de Renda	(228)	(34)
(-) Contribuição Social	(137)	(21)
(=) Resultado líquido do exercício	**(219.655)**	**(142.858)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Histórico	Capital	Reserva de Capital	Afac	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	**5.906.201**	**1.458.721**	**50.000**	**(2.712.560)**	**4.702.363**
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	–	–	437.071	–	437.071
Resultado do Período	–	–	–	(142.858)	(142.858)
Saldo em 31/12/2021	**5.906.201**	**1.458.721**	**487.071**	**(2.855.418)**	**4.996.575**
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	–	–	706.672	–	706.672
Resultado do Período	–	–	–	(219.655)	(219.655)
Saldo em 31/12/2022	**5.906.201**	**1.458.721**	**1.193.743**	**(3.075.073)**	**5.483.592**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Descrição	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(219.655)**	**(142.858)**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência Patrimonial	131.432	106.890
	131.432	**106.890**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) redução no ativo		
Adto de Fornecedores	–	20.000
Tributos a compensar	(109)	(16)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	199	(89.020)
Obrigações tributárias	(5)	5
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	**85**	**(69.031)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento em Investimentos realizados	(732.189)	(221.488)
(=) Caixa líq.das atividades de investimentos	**(732.189)**	**(221.488)**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
Recebimentos p/Integralização de Capital/AFAC	706.672	437.071
(=)Caixa líq.das atividades de financiamentos	**706.672**	**437.071**
(=) Aumento / (redução) líquido de caixa	**(113.656)**	**110.584**
Caixa no início do período	125.176	14.592
Caixa no final do período	11.520	125.176
(=) Aumento / (redução) líquido de caixa	**(113.656)**	**110.584**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto promover a realização de empreendimentos em imóveis localizados na região de Viracopos, Campinas- SP, por incorporação, loteamento, desmembramento ou qualquer outra forma de aproveitamento comercial. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. **2. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. **(b) Ativos e passivos circulantes:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridos. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias incorridas. **3. Capital Social: (a**) O Capital Social da companhia **são** R$ 5.906.201,10 (cinco milhões novecentos e seis mil, duzentos e um reais e dez centavos), dividido em 3.974.743 (três milhões, novecentas e setenta e quatro mil, setecentas e quarenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **São Paulo, 31 de janeiro de 2023. João Luiz Miele -** Diretor Presidente; **Michelle Alves Gonçalves -** CRC SP 237.102/O-2.

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **28 de abril de 2023 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 17 de março de 2023. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente.

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – **Aviso aos Acionistas**

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 14 de março de 2023. ***A Diretoria***. (15, 16 e 17/03/2023)

Cia. Agricola Forti

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

Convocação

São convocados os Srs. Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22/04/2023, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença de 2/3 dos acionistas ou as 9:30 em 2º convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari/SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2022; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 13/03/2023. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (15,16,17)

LEO MADEIRAS, MÁQUINAS & FERRAGENS S.A. CNPJ/ME 61.069.373/0001-03 - NIRE 35.300.121.015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2023

Data, hora e local: 16 de janeiro de 2023, às 15h00, na sede social da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens S.A. (“Companhia”), situada na Rua Doutor Carlos Roberto Presgrave de Melo, n.º 21, Vila Iracema-Belval, CEP 06422-110, na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Presença: acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4.º da Lei n.º 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). Mesa: Samuel Seibel, Presidente, e Marcus Vinicius Pinto Homem Santos, Secretário. Ordem do dia: deliberar sobre a (i) alteração do objeto social a fim de incluir nas atividades o fornecimento, venda, locação e comodato de equipamentos de informática e comunicação e (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. Deliberações: por unanimidade e sem ressalvas, os acionistas deliberaram por: 1) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1.º e 2.º da Lei das Sociedades por Ações; 2) aprovar a alteração do objeto social da Companhia, com o escopo de incluir o fornecimento, venda, locação e comodato de equipamentos de informática e comunicação, com a consequente alteração do caput do artigo 3.º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 3º - A Companhia tem por objeto o comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos, inclusive, de produtos químicos para tratamento de madeira, bem como a industrialização, por sua conta ou de terceiros, de todos estes produtos, montagem e instalação, compra e venda de máquinas novas e usadas, representação comercial, assessoria, consultoria, locação de bens móveis e imóveis, a armazenagem de materiais e equipamentos, participação societária em outras empresas, o comércio varejista de livros, materiais de construção em geral, produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, e ainda, o fornecimento, venda, locação e comodato de equipamentos de informática e comunicação.” 3) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata. Os diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à conclusão do deliberado na presente assembleia. Encerramento: nada mais havendo a ser tratado, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi por todos assinada. Assinaturas: presidente, Samuel Seibel; secretário, Marcus Vinicius Pinto Homem Santos; e acionistas, Adriano Pimenta Ruela, Alberto Gonçalves de Toledo, Alexandre Jalles Cohim Moreira, Helio Seibel, Regina Célia Peccin Oioli Pandolfelli, Salo Davi Seibel, Samuel Seibel, Thadeu Oioli Pandolfelli e Thiago Oioli Pandolfelli. Confere com a ata original da Assembleia Geral Extraordinária da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens S.A., realizada em 16 de janeiro de 2023, lavrada em livro próprio. Barueri (SP), 16 de janeiro de 2023. SAMUEL SEIBEL - Presidente; MARCUS VINICIUS PINTO HOMEM SANTOS - Secretário. JUCESP - Certifico o registro sob número 45.075/23-2 em 30/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretaria Geral

IMARIBO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/ME: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

74ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 08 (oito) dias do mês de março de 2.023, às 08:00 (oito) horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, nº 635, Bairro Cidade Industrial de Curitiba – CIC, CEP 81.170-280. **CONVOCAÇÃO:** Convocados regularmente todos os acionistas, conforme convocação publicada no Jornal O DIA SP nas datas de 01, 02 e 03 de março de 2.023, nas páginas 04, 04 e 29, respectivamente. **QUÓRUM:** Foi constatada a presença dos acionistas representando 95,411% (noventa e cinco vírgula quatrocentos e onze centésimos de por cento) do capital social. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Paulo Roberto Pizani; Secretário: Júlio Cesar Pisani. **ORDEM DO DIA: (i)** Rerratificação da cisão parcial da **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A** para a **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.** ocorrida em 1º de março de 2022; **(ii)** Outros assuntos de interesse da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas, por unanimidade, deliberam: **(i.i)** Em **01/03/2022**, foi realizada uma **cisão parcial** entre a **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.958.185/0001-17, com sede no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Santa Monica, nº 01, parte, Bairro Silveira da Motta, CEP 83.030-550, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPAR sob o NIRE nº 41210493848, por despacho em sessão do dia 21/01/2022 e a **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, anteriormente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.304.727/0001-64. Ocorre que, na sequência, em **30/06/2022**, a sociedade **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A fora devidamente incorporada por esta Companhia**, e por consequência, extinta a sociedade incorporada. **(i.ii)** Entretanto, passado o tempo, se percebeu um erro no balanço que deu origem a cisão da **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A** para a **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, portanto, torna-se necessário realizar novo Laudo de Avaliação e, para tanto, ratifica-se a nomeação da empresa avaliadora: **EDS TAX CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTÁBIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 29.482.496/0001-69, com seus atos constitutivos arquivados Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41600656938, cadastrada no CRCPR-09702/O-7, com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Agostinho, nº 1.220, Bairro Mercês, representada por seu administrador Sr. **Evans de Siqueira**, brasileiro, contador, casado, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 4.625.576-3, inscrito no CPF/ME sob nº 840.644.809-10 e CRC-PR sob nº 33.053/O-4, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404/76; **(i.iii)** Aprovar o novo Laudo de Avaliação apresentado pela empresa especializada, o qual é parte desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de **Anexo I**; **(i.iv)** Aprovar a Retificação e Ratificação ao Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial da Iguaçu Celulose, Papel, S.A., com Versão do Acervo Cindido para a Iguaçu Embalagens Industriais Ltda., firmada em 08 de março de 2023, a qual é parte desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de **Anexo II**. **(i.v)** Em face dos valores do novo Laudo de Avaliação apresentado, retificar o item **(v)** da 77ª Assembleia Geral Extraordinária da **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S.A.**, e os itens **3.4**, **3.8**, **3.9**, **3.11** e **3.12** do Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial da Iguaçu Celulose, Papel, S.A., com versão do Acervo Cindido para a Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. (Anexo II), arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná em 06 de abril de 2022, sob Arquivamento nº 20222015896 e Protocolo nº 22/201589-6, que tratava **(a)** da Cisão Parcial entre a cindida **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S.A.**, posteriormente incorporada pela Companhia, e a receptora **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, já qualificada; **(b)** do ingresso da Companhia no quadro societário da **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, em razão da Cisão Parcial; e **(c)** do aumento do capital social da receptora **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.** Desta forma, na 77ª Assembleia Geral Extraordinária da **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S.A.**, onde se lê: *“**(v)** Como consequência da aprovação da Cisão Parcial, é aprovada também a redução do Capital Social da Companhia no valor de R$ 4.646.196,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil cento e noventa e seis reais), sendo, portanto, canceladas 17.823.855 (dezessete milhões, oitocentas e vinte e três mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social. Assim, o Capital Social da companhia de R$ 61.838.286,01 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e um centavo), passa a ser de R$ 57.192.090,01 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividido em 219.401.737 (duzentas e dezenove milhões, quatrocentas e uma mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme previsto no Protocolo. De acordo com a alteração pactuada fica o Artigo 5º do Estatuto Social com a seguinte redação: “**Artigo 5º** O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 57.192.090,01 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividido em 219.401.737 (duzentas e dezenove milhões, quatrocentas e uma mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.”* Leia-se: *“**(v)** Como consequência da aprovação da Cisão Parcial, é aprovada também a redução do Capital Social da Companhia no valor de R$ 899.148,00 (oitocentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e oito reais), sendo, portanto, canceladas 3.449.335 (três milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, trezentas e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social. Assim, o Capital Social da companhia de R$ 61.838.286,01 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e um centavo), passa a ser de R$ 60.939.138,01 (sessenta milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e oito reais e um centavo), dividido em 233.776.257 (duzentos e trinta e três milhões, setecentas e setenta e seis mil, duzentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme previsto no Protocolo. De acordo com a alteração pactuada fica o Artigo 5º do Estatuto Social com a seguinte redação: “**Artigo 5º** O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 60.939.138,01 (sessenta milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e trinta e oito reais e um centavo), dividido em 233.776.257 (duzentos e trinta e três milhões, setecentas e setenta e seis mil, duzentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.”* Ratifica-se todas as demais deliberações do ato. **(i.vi)** Ainda, as deliberações acima realizadas **não acarretarão em alteração do capital social desta Companhia** ou de seu patrimônio líquido, em razão de sua participação integral, à época da operação, como única acionista da sociedade incorporada **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S.A.**, portanto não sendo necessária a alteração do Laudo de Avaliação e do Protocolo da Incorporação realizada em 30/06/2022, eis que o capital social da Incorporada estava contabilizado como patrimônio da Incorporadora. **(ii)** Em outros assuntos de interesse da Companhia nada foi deliberado. Fica autorizada a Diretoria a adotar todas as providências necessárias para a execução das deliberações aprovadas e transcritas na presente Ata. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **ACIONISTAS PRESENTES:** (i) Paulo Roberto Pizani; (ii) Heloisa Maria Pisani de Oliveira Franco; (iii) La Famiglia di Giulio Ltda (p.Julio Cesar Pisani); (iv); José Carlos Pisani Junior; (v) Ricardo Luhm Pisani; (vi); (viii) Vera Maria Luhm Pisani; (vii) Daniela Luhm Pisani Almeida; (viii) Luiz Fernando Pizzani. Certifico que a presente ata é cópia fiel da transcrição do livro próprio.

Registrada na JUCEPAR em 13/03/2023, sob nº 20231692897 – Leandro Marcos Raysel Biscaia – Secretário-Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C1C4-7E23-533A-472D.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C1C4-7E23-533A-472D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C1C4-7E23-533A-472D ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C1C4-7E23-533A-472D

Hash do Documento

4C22E61BCDE257F7943C20AF044BBC93F8E568A3E052D80325061A9935494D12

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 17/03/2023 04:35 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 15 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 27 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 10h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 17 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 35300582781

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a Serem Realizadas às 15:00 Horas do Dia 24 de Abril de 2023

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), os acionistas da CIP S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 44.393.564/0001-07 ("CIP", "Nuclea" ou "Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 24 de abril de 2023, às 15:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), a qual terá como ordem do dia as seguintes deliberações: **I - Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com a aprovação (a) do Relatório da Administração, (b) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2022, e (b) o Parecer dos Auditores Independentes da Companhia; (b) Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (c) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **II - Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aumento do Capital social da Companhia, por meio da conversão de valores mantidos nas Reservas de Lucro e de Capital Especial para Capital Social e Capital Especial, passando o capital social para R$ 1.143.288.528,39, conforme constante da Proposta da Administração, deliberada em sede de Reunião de Conselho de Administração da Nuclea de 15/03/2023, com a consequente (a) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, e (b) consolidação do referido Estatuto Social. **Orientações gerais: I - Documentos e Propostas.** Os documentos e propostas da administração estão à disposição dos senhores acionistas no endereço da sede da Companhia, acima informado. **II - Participação por meio da Plataforma Digital.** O acionista que desejar participar e votar nas Assembleias, por meio da Plataforma Digital, deverá enviar e-mail para o endereço: **governancacorporativa@nuclea.com.br** | **governancacorporativa@cip-bancos.org.br**, preferencialmente, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar das Assembleias, e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá as Assembleias; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("Documentos Necessários"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação nas Assembleias, a CIP enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação nas Assembleias. Na hipótese de o acionista não receber o *link* (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início das Assembleias, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@nuclea.com.br** | **governancacorporativa@cip-bancos.org.br** ou telefone (11) 4632-7309, para que seja prestado o suporte necessário. O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista, nos termos da lei vigente aplicável. Na data das Assembleias, o acesso à plataforma digital, para participação, estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista, via sistema eletrônico, somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início das Assembleias não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação das Assembleias com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleias por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital, que não estejam sob controle da Companhia. **III - Orientações para o envio de Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da IN DREI 81, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto a distância que tenha sido considerado válido, nos termos do presente Edital. O boletim de voto a distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão no seguinte endereço eletrônico: **https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf**, deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar das Assembleias por tal modalidade. O boletim de voto a distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deverá enviar cópia digitalizada do boletim de voto a distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@nuclea.com.br | governancacorporativa @cip-bancos.org.br**; ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância, em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o seguinte endereço: ***CIP S.A. | NUCLEA -*** *Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar - CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Governança Corporativa.* Vale ressaltar que os boletins de voto a distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela CIP **até um dia útil antes da realização das Assembleias, ou seja, até 20 de abril de 2023**, tendo a CIP, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento de cada boletim de voto a distância, que comunicar (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância, ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente às Assembleias, através da Plataforma Digital, e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado.

São Paulo, 17 de março de 2023

Ede Ilson Viani - Presidente do Conselho de Administração

SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A.

CNPJ 43.677.822/0001-14 - NIRE 35.300.471.270

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2023

Data, Horário e Local: Aos 22/02/2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Friedrich Von Voith, n.º 1831, Galpão 9, bairro Jardim São João (Jaraguá), no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02995-000. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: **Emil Beyruti**; Secretário: **Michel Matilde de Novaes**. **Ordem do Dia:** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberação:** Dando início aos trabalhos, com relação à ordem do dia, em razão de alterações no Estatuto Social da Companhia realizadas até o momento, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo, que passa a fazer parte da presente Ata. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: **Epah - Empresa Paulista de Asfalto Ltda**. representada por Michel Matilde de Novaes e Emil Beyruti; e **Emabe Empreendimentos e Participações - Ltda.**, representada por Emil Beyruti. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". **Emil Beyruti -** Presidente; **Michel Matilde de Novaes -** Secretário. Acionistas: **EPAH - Empresa Paulista de Asfalto Ltda.** Michel Matilde de Novaes, Emil Beyruti; **Emabe Empreendimentos e Participações - Ltda.** Emil Beyruti. **JUCESP Nº 99.112/23-1** em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo - Consolidação do Estatuto Social: I - Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A Companhia girará sob a denominação de **Soebe Construção e Pavimentação S.A.** e se organizará sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, regendo-se com o disposto no presente Estatuto Social, na Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, e nas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Parágrafo Único** - Esta Companhia é constituída por transformação da sociedade limitada Soebe Construção e Pavimentação Ltda., com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.200.871.161 em 26 de junho de 1973. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro na Avenida Friedrich Von Voith, n.º 1831, Galpão 9, bairro Jardim São João (Jaraguá), no munícipio de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02995-000, podendo instalar ou extinguir filiais, agências, sucursais, depósitos, escritórios administrativos ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Parágrafo Único** - A Companhia possui filial na Av. Tancredo Neves, nº 1.632, Salvador Trade Center, Torre Sul, Sala 505, Caminho das Árvores, no município de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-020, CNPJ. 43.677.822/0003-86. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto (a) o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção inclusive de produtos asfálticos e betuminosos; (b) engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamentos e construções em geral por empreitada, administração ou fiscalização sempre por conta de terceiros; (c) serviços comuns de engenharia civil; (d) limpeza e desobstrução de córregos e canais de todos os tipos em geral; (e) pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando, inclusive, de carta convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares, de economia mista, pública, autarquias ou governamentais; (f) coleta de lixo e limpeza pública; (g) transbordo de materiais de qualquer natureza; (h) locação e sublocação de máquinas e equipamentos de terraplanagem e de pavimentação e veículos automotores; (i) transporte viário e rodoviário de cargas de produção própria e/ou de terceiros; (j) reciclagem de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos; (k) manutenção e montagens industriais; (l) implantação de gasoduto, oleoduto e demais dutos; (m) levantamento topográfico, batimétrico, aerofotográfico por imagens de satélite; (n) atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, oleodutos; manutenção em geral; (o) serviços de engenharia e assessoramento técnico especializado; (p) a execução, por empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil de todos os gêneros; e (q) a participação em consórcios ou sociedades em conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas acima. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **II - Capital da Sociedade e Ações: Artigo 5º** - O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado é de R$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), dividido em 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - A titularidade das ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia poderá emitir certificados de ações, que deverão ser assinados por qualquer dos Diretores. **Parágrafo Segundo** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Parágrafo Terceiro** - Os Acionistas não poderão constituir ônus que recaia sobre as Ações de sua titularidade sem o consentimento prévio e por escrito dos demais Acionistas, consentimento este que não poderá ser injustificadamente negado. **Artigo 6º** - Na proporção das ações de que forem titulares, os acionistas terão preferência para a subscrição de ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações que qualquer deles pretenda alienar. **Artigo 7º** - A preferência estabelecida no artigo supra deverá ser exercida em igualdade de condições com a proposta recebida pelo acionista ofertante e sempre relativamente à totalidade ou parte das ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários permutáveis por ações oferecidos à venda, conforme estabelecer o acionista ofertante e observado o disposto nos parágrafos abaixo. **Parágrafo Primeiro** - O acionista que desejar ceder, transferir ou prometer alienar, no todo ou em parte, suas ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações da Companhia de que é titular, a outro acionista ou a terceiros, deverá comunicar sua intenção a todos os demais acionistas, mediante carta entregue contra recibo ou remetida pelo Registro de Títulos e Documentos, no endereço de cada acionista depositado na sede da Companhia, acompanhada de cópia da proposta oferecida pelo interessado, da qual constarão, obrigatoriamente, a identificação completa do interessado, a quantidade de ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários objeto da negociação, o preço, a forma de pagamento e todas as demais condições do negócio. **Parágrafo Segundo** - Os acionistas terão prazo inicial de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação, para se manifestar, perante a Companhia, sobre o exercício do direito de preferência e, havendo sobras, nova comunicação deverá ser a eles dirigida, nesta hipótese pela própria Companhia, concedendo prazo adicional de 10 (dez) dias para se manifestarem sobre a aquisição das sobras. **Parágrafo Terceiro** - Encerrados os prazos previstos no Parágrafo Segundo acima sem a manifestação expressa dos demais acionistas, ou sem que tenha sido exercida a preferência sobre a totalidade das ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários oferecidos à venda, neste último caso se assim houver estabelecido o acionista ofertante, ficará ele liberado para proceder à alienação, nos exatos termos e condições da oferta recebida do interessado, nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes, findos os quais deverá renovar a oferta feita aos outros acionistas. **Parágrafo Quarto** - Excluem-se das restrições previstas neste artigo as transferências de ações, direitos de subscrição e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações do capital da Companhia, efetuadas entre os acionistas e seus herdeiros ou sucessores, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*. **Artigo 8º** - Não são válidas as transferências de ações, de direitos de subscrição de ações, de debêntures conversíveis e/ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia ou, ainda, a constituição de quaisquer ônus sobre tais ações, direitos e valores, em desacordo com o artigo acima, devendo a Companhia abster-se de proceder ao registro respectivo. **III - Assembleias Gerais: Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social. **Artigo 10º** - A assembleia geral, ordinária ou extraordinária, será convocada por qualquer diretor ou acionista, na forma da lei, sendo aprovado dentre os presentes um presidente e um secretário. **Parágrafo Único** - As pessoas presentes à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionista ou procurador, pela forma prevista no artigo 126 da Lei 6.404/76. **Artigo 11º** - As decisões da Assembleia Geral, salvos os casos previstos em lei ou neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias abaixo, além das matérias referidas no Artigo 16, dependerão da aprovação de acionistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das ações com direito a voto: (i) dissolução, liquidação, nomeação de liquidante, fusão, cisão, incorporação, transformação ou qualquer outro tipo de reestruturação societária, ou ainda participação da Companhia em "joint ventures", grupos de sociedades e outras formas associativas; (ii) a emissão de partes beneficiárias ou debêntures ou outros valores mobiliários; (iii) redução ou aumento do capital social; (iv) destinação dos lucros excedentes àqueles de distribuição obrigatória; (v) modificação dos direitos das ações ordinárias ou preferenciais, bem como a criação de novas classes de ações; (vi) qualquer alteração no Estatuto Social; (vii) a aquisição, subscrição, oneração ou alienação de participações societárias da Companhia em outras sociedades; (viii) o requerimento de recuperação judicial/extrajudicial ou autofalência da Companhia; (ix) a outorga de garantias reais e/ou pessoais pela Companhia em favor de terceiros e/ou de acionistas. **IV - Administração da Sociedade: Artigo 12º** - A administração da Companhia competirá à Diretoria que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro** - A investidura dos membros da Diretoria se dará mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração dos membros da Diretoria. **Artigo 13º** - A Diretoria será formada por, no mínimo, 2 (dois) diretores e, no máximo, por 5 (cinco) diretores sem designação específica, acionistas ou não eleitas pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores serão substituídos, em caso de licença ou vaga, pelo Diretor que a Assembleia Geral eleger, que completará o restante do mandato dirigente substituído. **Parágrafo Primeiro** - No caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretoria, será convocada Assembleia Geral para eleger o substituo, que completará o restante do mandato dirigente substituído. **Parágrafo Segundo** - Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, as suas atribuições serão exercidas cumulativamente por outro diretor designado pelos acionistas. **Artigo 14º** - Compete à Diretoria a gestão dos negócios sociais em geral e a prática dos atos necessários para tanto, dentre os quais: (i) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social e das deliberações tomadas nas assembleias gerais; (ii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, formulando anualmente o planejamento estratégico e financeiro da Companhia; (iii) expedir regulamentos e normas atinentes à administração da Companhia; (iv) outorgar mandatos em nome da Companhia, observado o disposto neste Estatuto. **Artigo 15º** - Com exceção do quanto previsto nos Parágrafo Terceiro deste Artigo e observado ao disposto nos artigos 11 e 16, os Diretores representarão a Companhia, sempre em conjunto de 2 (dois) Diretores, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando, desde já, investidos dos mais amplos e gerais poderes para firmar todos os contratos, compromissos, acordos ou demais documentos que obriguem a Companhia; podendo, inclusive, receber citação, notificação ou intimação; representar a Companhia perante todas as repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e órgãos paraestatais, respeitados os limites estabelecidos em lei e pelo estatuto social. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá ser representada por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes especiais e expressos poderes, sempre dentro dos limites estabelecidos em lei ou pelo Estatuto Social. **Parágrafo Segundo** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas obrigatoriamente por 02 (dois) Diretores, em conjunto, devendo a procuração especificar os poderes conferidos, com período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, as quais poderão ser assinadas por somente 01 (um) diretor, com período de validade indeterminado. **Parágrafo Terceiro -** Os seguintes atos poderão ser praticados isoladamente por qualquer Diretor, ou ainda por um procurador constituído na forma do Parágrafo Segundo: (i) apresentação de propostas e representação da Companhia em processos de licitação ou concorrência, pública ou privada; (ii) representação da Companhia perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, órgãos paraestatais e sociedades de economia mista; (iii) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia, independentemente do valor; (iv) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (v) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários; (vi) recebimento de quaisquer importâncias em favor da Companhia, independentemente do valor, podendo assinar o respectivo recibo ou termo de quitação; e (vii) saques de duplicatas contra terceiros, endosso de duplicatas e títulos para cobrança, caução ou desconto bancário. **Artigo 16º** - Observado o disposto no Artigo 11, dependerá de prévia e expressa autorização em Assembleia Geral de acionistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, para a realização dos seguintes atos: (i) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de participações da Companhia em outras sociedades ou em consórcios; (ii) aquisição, alienação ou oneração de qualquer bem do ativo fixo, seja móvel ou imóvel (em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas entre si), envolvendo um valor superior a R$100.000,00 (cem mil reais), atualizado anualmente pelo IGPM-FGV; (iii) contratação de empréstimos ou reconhecimento de dívidas, envolvendo um valor (em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas entre si) superior a R$1.000.000,00 (Um milhão de reais), atualizado anualmente pelo IGPM-FGV; (iv) celebração de qualquer contrato, envolvendo um valor (em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas entre si) superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente pelo IGPM-FGV; (v) celebração de qualquer contrato com qualquer dos acionistas, administradores ou pessoas físicas ou jurídicas a eles relacionadas; e (vi) celebração de qualquer contrato visando à participação nos lucros, inclusive planos de participação nos lucros para empregados. **Parágrafo Primeiro** - É expressamente vedado aos Diretores utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos estranhos ao objeto social, bem como prestar avais ou fianças em relação a obrigações de terceiros. **Parágrafo Segundo** - Os atos praticados pelos Diretores com excesso de poderes, ou em contrariedade ao estatuto social, serão ineficazes perante a Companhia, caso em que responderão por eventuais prejuízos que a Companhia venha a sofrer. **Artigo 17º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, podendo a reunião ser convocada por qualquer dos Diretores com 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões da Diretoria realizar-se-ão na sede social da Companhia e das mesmas serão lavradas atas, no competente livro de Atas de Reuniões da Diretoria, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes. **Artigo 18º** - A reunião da Diretoria funcionará validamente com a presença da maioria dos seus componentes, deliberando por maioria de votos. Em caso de empate, nova reunião deverá ser convocada, no prazo de 03 (três) dias, para deliberar sobre o assunto e, persistindo o impasse, deverá ser convocada Assembleia Geral para decidir especificamente sobre a matéria. **V - Conselho Fiscal: Artigo 19º** - O Conselho Fiscal da Companhia compor-se-á de três membros efetivos e de três suplentes, acionistas ou não, e seu funcionamento não será permanente, regendo-se sua composição e sua atuação de acordo com a lei e o presente Estatuto. **Artigo 20º** - Para o exercício de suas funções legais, o Conselho Fiscal, quando instalado, se reunirá ordinariamente, todos os meses após sua instalação, e no ano subsequente até sua manifestação sobre o último balanço social, sem prejuízo das obrigações legais do parágrafo terceiro do artigo 163 e do artigo 164 da Lei 6.404/76. **VI - Exercício Social, Balanços, Dividendos e Reservas: Artigo 21º** - O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, a 31 de dezembro de cada ano civil, será feito o inventário dos bens e valores sociais e levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Primeiro** - O lucro líquido apurado em cada exercício, feitas as provisões previstas em lei, terá a seguinte destinação, por ordem sucessiva: (i) 5% (cinco por cento) para constituição de um fundo de reserva legal - até que este alcance 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) o saldo, se houver, terá a aplicação estipulada pela Assembleia Geral por proposta da Administração, ou de acionistas, observadas as disposições legais atinentes à matéria. **Parágrafo Segundo** - Por deliberação dos acionistas, poderá a Companhia: (i) levantar balanços semestrais, a fim de declarar dividendo à conta do lucro apurado neste balanço; (ii) levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital; e (iii) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **VII - Liquidação e Dissolução: Artigo 22º** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação dos acionistas conforme quórum previsto neste Estatuto Social, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante. **VIII - Disposições Gerais: Artigo 23º** - A Companhia deverá observar eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de computar votos contrários aos seus termos. **Artigo 24º** - Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições legais vigentes, em conformidade com a legislação brasileira. **Artigo 25º** - Em qualquer hipótese de controvérsia, os sócios deverão submeter a questão à conciliação, que, se não obtida, levará à adoção da arbitragem prevista na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. As decisões proferidas nos procedimentos de conciliação e no processo de arbitragem vincularão as partes, não comportando recurso de qualquer ordem. A arbitragem será realizada em consonância com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por 03 (três) árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento. Para a execução da decisão arbitral, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Emil Beyruti -** Presidente; **Michel Matilde de Novaes -** Secretário. Acionistas: **Epah - Empresa Paulista de Asfalto Ltda.** Michel Matilde de Novaes, Emil Beyruti**. Emabe Empreendimentos e Participações - Ltda.** Emil Beyruti.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B462-55D1-6E33-294E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/03/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B462-55D1-6E33-294E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B462-55D1-6E33-294E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B462-55D1-6E33-294E

Hash do Documento

B56644274F3309E9593836791F67BD49E37A92F4C3DCC980E0672D4A822ECCAA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 17/03/2023 04:36 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00